



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LAURA HANAUER**

**“A MENTE, ESSA NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR”:** RELAÇÕES DE PODER NO  
MARANHÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX A PARTIR DA  
LITERATURA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1822-1917)

**CHAPECÓ  
2021**

**LAURA HANAUER**

**“A MENTE, ESSA NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR”:** RELAÇÕES DE PODER NO  
MARANHÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX A PARTIR DA  
LITERATURA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1822-1917)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Délcio Marquetti

**Chapecó**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Hanauer, Laura

"A mente, essa ninguém pode escravizar": Relações de poder no Maranhão da segunda metade do século XIX a partir da literatura de Maria Firmina dos Reis (1822-1917) / Laura Hanauer. -- 2021.  
92 f.

Orientador: Prof. Dr. Délcio Marquetti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Maria Firmina dos Reis. 2. História e literatura.  
3. Brasil Império. I. Marquetti, Délcio, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**LAURA HANAUER**

**“A MENTE, ESSA NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR”:** RELAÇÕES DE PODER NO  
MARANHÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX A PARTIR DA  
LITERATURA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1822-1917)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 20/01/2021.

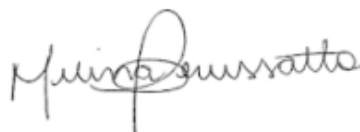
BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Délcio Marquetti (UFFS)

Orientador



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)

Avaliadora



---

Prof. Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Avaliador

**“Eis portanto o historiador chamado a prestar contas.”**

Marc Bloch, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, p. 41

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca analisar as relações de poder na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX, através das obras da escritora Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Mulher negra, autodidata e professora, a autora publicou dois romances e uma série de poemas e contos durante o período que vai desde 1859 até a sua morte. As fontes analisadas neste trabalho serão o romance *Úrsula*, de 1859, e o conto *A Escrava*, de 1887. Em ambos, Maria Firmina procurou representar o contexto patriarcal e escravista em que esteve inserida, sendo pioneira por ter lançado um olhar diferenciado para os escravizados, dando-lhes voz e memória, algo inédito na literatura brasileira até então. Através deles, também teceu críticas ao sistema patriarcal, denunciando casos de violência e de abuso através das suas personagens. Tendo sido a primeira mulher afrodescendente a escrever um romance de cunho antiescravagista no Brasil, Maria Firmina dos Reis possibilita, através de sua literatura e de seu lugar social, uma nova visão sobre as relações de poder do passado escravista e patriarcal brasileiro. Através da análise de gênero, raça e classe, partindo de Lélia Gonzalez e de María Lugones e utilizando-se dos métodos da História Social, através de Sidney Chalhoub e de Leonardo Pereira e do conceito de representação, de Roger Chartier, abre-se a possibilidade de ampliar e enriquecer o nosso conhecimento sobre o período, através do uso da literatura como fonte histórica.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; História e Literatura; Escravidão; Mulheres; Brasil Império.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. O MUNDO DE MARIA FIRMINA DOS REIS.....</b>	<b>15</b>
2.1. Educá-las ou instruí-las? A educação das mulheres no oitocentos.....	15
2.2. Entre o público e o privado: as mulheres e a literatura.....	22
2.3. Raça e literatura: a representação do negro na literatura brasileira.....	28
2.4. Maria Firmina dos Reis, “Uma maranhense”.....	34
<b>3. AQUELA QUE OUSOU ERGUER A SUA VOZ: VIDA E OBRA DE UMA     PIONEIRA.....</b>	<b>46</b>
3.1. Guardiões da cultura: africanidade e testemunho.....	46
3.2. Submissão e resistência: as mulheres brancas de Maria Firmina dos Reis.....	60
3.3. Cativo, liberdade e maternidade: as mulheres escravizadas em <i>Úrsula e A escrava</i> .....	69
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
<b>5. FONTES.....</b>	<b>86</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é analisar as relações de poder no Maranhão da segunda metade do século XIX, utilizando como fontes as obras da autora Maria Firmina dos Reis. A partir de seu romance *Úrsula*<sup>1</sup>, publicado em 1859, e do conto *A Escrava*<sup>2</sup>, de 1887, serão analisadas as relações presentes na sociedade maranhense, sobretudo nos âmbitos de gênero, raça e classe, conforme as representações que a autora construiu em ambas as obras. Para isso, procura-se compreender como Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, maranhense, autodidata e professora, percebia o contexto em que esteve inserida e como ela o retratou em sua literatura, partindo do pressuposto de que ela foi fortemente marcada por um tom de denúncia e de resistência.

A partir da análise interseccional de gênero, raça e classe, espera-se ter uma visão mais abrangente da realidade de nossa autora e das questões retratadas por ela em sua literatura. Uma análise partindo dessas três categorias, vistas como articuladas, é valiosa pois, de acordo com Lélia Gonzalez<sup>3</sup>,

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latinoamericano.

Nesse sentido, sabendo que Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra e de classe baixa e tendo consciência de seu apagamento nos estudos literários e historiográficos até a segunda metade do século XX, além de sua importância como a primeira romancista negra do Brasil, essa perspectiva se torna ainda mais importante, sobretudo quando, nas palavras de María Lugones,

(...) se considera as categorias dominantes, entre elas “mulher”, “negro” e “pobre”, [e] vê-se que não estão articuladas de maneira que incluam pessoas que são mulheres, negras e pobres. A intersecção entre “mulher” e

---

<sup>1</sup> REIS, Maria Firmina dos Reis. *Úrsula*. Porto Alegre, RS: Taverna, 2018.

<sup>2</sup> REIS, Maria Firmina dos Reis. *Úrsula e Outras Obras*. 2ª ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2019.

<sup>3</sup> GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo Afro-latino-americano”. IN: *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n.1, 2011, p. 17.



“negro” revela a ausência das mulheres negras em vez da sua presença. Isso porque a lógica categorial moderna constrói as categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente. (...) Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas. “Negro” refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestizas, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor.<sup>4</sup>

Portanto, para compreendermos mais a fundo as questões que interessaram Maria Firmina e que permearam a sua existência e literatura, devemos nos atentar para essas três categorias, tendo em mente que, no mundo real, elas não são separadas e se encontram interligadas. Não é possível separarmos as opressões, pois elas existem concomitantemente e se fazem presentes com violência na vida dos indivíduos.

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora maranhense, nascida em São Luís, no Maranhão, no dia 11 de março de 1822<sup>5</sup>. Foi filha de Leonor Felippa dos Reis, mulata forra que foi escravizada pelo Comendador Caetano José Teixeira, proprietário de terras e comerciante da região, e de João Pedro Esteves, homem de posses e sócio de Teixeira. Ainda criança, mudou-se para a vila de Guimarães, no município de Viamão, para morar com a sua tia materna, Henriqueta Romana dos Reis, que possuía melhores condições financeiras. Graças a esse contexto e por ter recebido forte incentivo familiar em seus estudos, Maria Firmina conseguiu romper a cadeia de exclusão das mulheres no mundo das letras, apesar de ter precisado utilizar seu autodidatismo para isso, pois o ensino voltado às mulheres na primeira metade do século XIX no Brasil era extremamente precarizado e pouco incentivado<sup>6</sup>.

Já em 1859, inserida em um regime escravista e em um contexto onde as mulheres eram inferiorizadas e tidas como incapazes de tratar sobre questões políticas, Maria Firmina dos Reis publicou o seu primeiro romance, *Úrsula*. Abordando questões como a escravidão e a liberdade, além da condição das

<sup>4</sup> LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set./dez./2014, p. 942.

<sup>5</sup> ADLER, Dilercy Aragão. *A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 82.

<sup>6</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis*. **Muitas Vozes**: Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2013, p. 254.

mulheres dentro do sistema patriarcal e os conflitos de classe, a autora teceu críticas à sua sociedade, proporcionando aos leitores da época um contato mais aproximado com indivíduos e realidades que muitos deles nem sequer enxergavam.

Maria Firmina inovou em sua literatura, sendo considerada atualmente como a primeira romancista negra do Brasil e também como a primeira que ousou retratar o negro escravizado enquanto um ser humano dotado de razão e sentimentos, dando-lhes voz para relatar as suas memórias e angústias, algo que fugia da norma no que concerne a literatura da época. Apesar de a escravidão ter sido o tema de diversos escritores ao longo da história do Brasil, Firmina se consagrou enquanto uma pioneira no modo como escreveu as suas personagens escravizadas, algo que não pode ser separado de sua vivência enquanto filha de uma ex-escrava. Sua posição na sociedade embasou a sua percepção sobre a cultura e a sociedade em que viveu, o que transparece em suas obras.

A sua trajetória literária atravessa toda a segunda metade do século XIX, tendo contribuído na imprensa maranhense através da publicação de inúmeros poemas, contos e composições musicais. Além de *Úrsula*, escreveu o romance *Gupeva* em 1861, de cunho indianista; participou da antologia de poemas *Parnaso Maranhense*, também em 1861 e publicou o seu próprio livro de poemas em 1871, *Cantos à beira-mar*. Em 1887, publicou um conto de caráter abolicionista, *A Escrava* e, no ano seguinte, em decorrência da abolição da escravidão, de 13 de maio de 1888, lançou a canção *Hino de Liberdade dos Escravos*. A autora teve uma trajetória literária considerável, mas permaneceu excluída da historiografia literária por mais de um século, sendo resgatada apenas em 1975 por Nascimento de Moraes Filho, que também escreveu uma biografia sobre ela, *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*.

Estudar as obras de Maria Firmina dos Reis enquanto fontes históricas se faz relevante, pois nos possibilita ter contato com uma outra visão acerca do contexto da época e perceber as nuances e conflitos nos pensamentos do período, os quais se fazem presentes na construção das personagens. De acordo com Roger Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a de legitimar um projeto reformado ou a justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as

representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiadas curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente naturais.<sup>7</sup>

Nesse sentido, justamente por não serem neutras, as percepções e as representações que a autora criou em suas obras são meios para analisarmos esse contexto histórico a partir de um outro viés, possibilitando uma expansão analítica em relação às estruturas da escravidão e do patriarcado, as quais Maria Firmina relata em boa parte de sua literatura de forma crítica, percebendo como se davam as relações de poder nesses meios. Vale ressaltar que o campo da escrita nesse período era fortemente marcado pela presença masculina branca, marginalizando e excluindo a presença das mulheres na literatura, algo que Maria Firmina teve de enfrentar para poder seguir a sua carreira enquanto escritora, além de ter precisado enfrentar o preconceito de raça, que estava começando a crescer no período, sobretudo a partir das teorias raciais. Apesar de ter conseguido publicar os seus textos, sabemos que a autora caiu na cadeia de exclusão que afetou boa parte das escritoras brasileiras do século XIX, como veremos no primeiro capítulo deste trabalho. Como exemplifica Juliano Carrupt do Nascimento,

Culturalmente, o romance no Brasil (...) constituiu-se a partir de obras escritas exclusivamente por homens, deixando, porém, os romances produzidos por mulheres à margem do discurso histórico, que normatiza e define as linhas gerais do fenômeno literário, seja no âmbito de suas características político-sociais, seja no campo estético-literário. Nesse sentido, não se encontra, na historiografia tradicional brasileira, a contribuição feminina para o romance.<sup>8</sup>

A exclusão de Maria Firmina dos Reis da historiografia literária se faz ainda mais gritante quando percebemos que ela não se deu somente por questões de gênero, mas também de raça. Além disso, Maria Firmina se atreveu a publicar diversas obras que foram contra o discurso hegemônico da época, erguendo a sua voz quando o que se esperava era que ela se mantivesse em silêncio. Ela ousou

---

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990, p. 59.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *Romances escritos por mulheres do passado: historiografia literária e intervenções culturais*. **Eutomia**, ano 3, ed. 1, julho/2010, p. 1.

trazer à público a voz e a memória dos escravizados. Suas personagens foram humanizadas e não coisificadas, como muitos escritores contemporâneos a ela o fizeram. O lugar de Maria Firmina enquanto uma mulher negra lhe permitiu escrever sobre esses indivíduos de uma forma mais pessoal, não partindo dos preconceitos de raça que permearam o pensamento social do período, mas da tentativa de representar uma realidade que poucos queriam ver ou aceitar.

Norma Telles<sup>9</sup> explica que a escrita e o saber estiveram ligados ao poder e funcionaram como uma forma de dominação ao descreverem os modos de socialização, os papéis sociais e os sentimentos esperados em determinadas situações, fazendo com que o papel desempenhado pelos produtos culturais, mais especificamente o romance, acabasse sendo fundamental para a cristalização da sociedade moderna. Cuti aponta que,

O surgimento da personagem, do autor e do leitor negros trouxe para a literatura brasileira questões atinentes à sua própria formação, como a incorporação dos elementos culturais de origem africana no que diz respeito a temas e formas, traços de uma subjetividade coletiva fundamentados no sujeito étnico do discurso, mudanças de paradigma crítico-literário, noções classificatórias e conceituação das obras de poesia e ficção.

Destacar este veio da literatura brasileira tem o mesmo objetivo que tiveram outras áreas ao deitarem luz sobre aspectos importantes da cultura nacional que, por motivos de dominação ideológica, restaram abafados durante séculos ou décadas. (...) Se as conquistas da população negro-brasileira são minimizadas é porque o propósito de um Brasil exclusivamente branco continua sobrepujando as mentes que comandam a nação nas diversas instâncias do poder. (...) E a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamentos e da ação.

Quando intelectuais brasileiros em postos de comando (professores, jornalistas etc.) procuram apartar o saber – em nosso caso a literatura – das questões ligadas às relações étnico-raciais, o fazem como quem nega conceber a capacidade intelectual ao segmento social descendente de escravizados.<sup>10</sup>

Partindo disso, o resgate das obras e da figura de Maria Firmina dos Reis se mostra de extrema importância para a historiografia como um todo, pois questionam o discurso hegemônico do período e nos dão uma perspectiva contrária a ele, além de proporcionarem um reconhecimento e uma abordagem do conhecimento produzido por intelectuais negros, visto que a intelectualidade negra até hoje é

---

<sup>9</sup> TELLES, Norma. “*Escritoras, escritas, escrituras*”. IN: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 401.

<sup>10</sup> CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 11-12.

negada enquanto produtora de conhecimento, devido ao racismo estrutural<sup>11</sup> e a hierarquização dos saberes, caracterizado pelo o que Sueli Carneiro classificou como epistemicídio<sup>12</sup>.

Através da História Social, a literatura, de acordo com Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, se configura enquanto um reflexo do seu tempo, representando a relação que o autor tem com a sociedade que faz parte. Nas palavras dos autores, “a literatura é, enfim, testemunho histórico”<sup>13</sup>. Dessa forma, ao utilizarmos as obras de Maria Firmina como fonte histórica, conseguimos ampliar o leque de percepções acerca da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento,

(...) se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para o seu trabalho.<sup>14</sup>

Nesse sentido, de acordo com Valdeci Rezende Borges<sup>15</sup>, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, como um testemunho de uma época e de um produto sociocultural. A literatura aponta a historicidade das experiências de invenção e construção das sociedades, abordando os aparatos mentais e simbólicos utilizados para isso.

Partindo disso, no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho será realizada uma contextualização histórica, para que possamos compreender mais a fundo a

<sup>11</sup> Sobre racismo estrutural ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

<sup>12</sup> Sobre epistemicídio: “Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio.” CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. (orgs.). **A história contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, 2003, p. 39.

<sup>15</sup> BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: algumas considerações*. **Revista de Teoria da História**, ano 1, n. 3, 2010, p. 98.

realidade em que Maria Firmina dos Reis esteve inserida. Abordando a condição das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo no que se refere às suas possibilidades de acesso à educação e ao campo público e político. Para além disso, também será contextualizada a representação dos negros na literatura brasileira, justamente para ilustrar como a autora foi pioneira em suas obras, pelo olhar diferenciado que lançou aos negros e, sobretudo, aos escravizados, contextualizando o sistema escravista no qual ela estava inserida e o contexto do Maranhão após a abolição do tráfico de escravos, em 1850.

No segundo capítulo, as obras e as personagens de Maria Firmina serão analisadas com mais profundidade. Elas serão utilizadas como fonte histórica para podermos compreender as relações de poder e as ideologias que estavam em vigor nesse contexto, sobretudo no que se refere às questões de gênero, raça e classe. Também serão utilizadas como fontes neste trabalho excertos de jornais da época e fontes documentais encontradas pela pesquisadora Dilercy Adler, que nos ajudarão a compreender mais detalhadamente a vida de Maria Firmina dos Reis e como ela estava intrinsecamente conectada com a sua literatura.

## 2. O MUNDO DE MARIA FIRMINA DOS REIS

### 2.1. EDUCÁ-LAS OU INSTRUÍ-LAS? A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO OITOCENTOS

Por um longo período, as mulheres tiveram um papel secundário na vida social, política e econômica no ocidente. No que se refere ao contexto brasileiro, como explica Katiane Souza Santos<sup>16</sup>, as mulheres foram relegadas desde o início a uma condição de submissão aos seus maridos, encarregadas da condução do lar e do cuidado da família e recebendo uma educação que se relacionasse a esses deveres, que era muito diferente da que era destinada aos homens – sobretudo aos homens brancos de classes mais altas –, que costumava se pautar em uma maior cientificidade e academicismo.

No Brasil, de acordo com Cristiane Tolomei, *“a prática colonial do patriarcado controlou todo o sistema de poder e representação, enraizando (...) uma ideologia de hierarquização de gênero e raça, a qual naturalizou as relações desiguais de força e poder”*<sup>17</sup>. A autora segue explicando que, devido a isso, as mulheres acabaram sendo duplamente colonizadas, pois foram submetidas tanto à dominação colonial portuguesa, quanto à dominação do patriarcado, sobretudo no que se refere a realidade de mulheres negras e indígenas que, no decorrer da história, foram tratadas enquanto objetos da curiosidade e do prazer masculino, tendo sido violadas de inúmeras formas e sofrido com a violência e a desigualdade de gênero, raça e classe.

É importante frisar que a condição das mulheres negras, pardas e indígenas no contexto brasileiro se deu de forma diferenciada, em comparação com a das mulheres brancas, sobretudo pertencentes à elite e à burguesia. Não é possível generalizar a condição das mulheres, pois as desigualdades de gênero também

---

<sup>16</sup> SANTOS, Katiane Souza. **Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis**: uma análise do romance *Úrsula*. Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2015, p. 10.

<sup>17</sup> TOLOMEI, Cristiane Navarrete. *Maria Firmina dos Reis*: decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista. **Revista ex aequo**, n. 39, 2019, p. 154.

eram e ainda são afetadas por questões raciais e de classe, além de inúmeros outros fatores que não podem ser desconsiderados ou analisados separadamente.

Um exemplo disso são as mulheres negras escravizadas, que Maria Firmina abordou de maneira especial em suas obras, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo. Essas mulheres não possuíam os mesmos direitos, deveres, privilégios e liberdades que as mulheres brancas e/ou livres; a constituição de vínculos familiares, para citar um exemplo, se dava dentro de um contexto muito específico que se adaptava às condições e dificuldades oriundas do sistema escravista, como bem aponta Robert Slenes em sua obra *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava* (1999). Nela o pesquisador mostra que houveram famílias dentro das senzalas, desconstruindo inúmeras interpretações errôneas realizadas na historiografia até então, demonstrando como essas relações familiares se constituíam e de que formas elas se configuraram enquanto meios de resistência e de sobrevivência. Slenes frisa que

(...) os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos. Ajudam a esclarecer as fontes comunitárias da resistência de cativos (...) e até a importância sistêmica de sua “revolta pessoal”. Da mesma forma, elucidam uma política senhorial de domínio, antes desconhecida, que visa aproveitar-se dos anseios dos próprios escravos para torná-los mais vulneráveis.<sup>18</sup>

O autor ressalta durante a obra como a família cativa contribuiu para a criação de uma comunidade escrava, que se unia em torno de experiências, valores e memórias que compartilhavam entre si. Devido a isso, essas famílias minavam a hegemonia dos senhores, criando as condições para a subversão e a rebelião<sup>19</sup>. No entanto, ele também aponta como esse contexto deixava os cativos mais vulneráveis, em especial as mulheres, pois era preciso levar em conta o preço das fugas, por elas significarem um afastamento de seus entes queridos e também resultarem em possíveis punições para si e para seus familiares. Slenes deixa claro, entretanto, que não devemos analisar a questão da família cativa somente a partir de um viés de dominação, pois isso seria ignorar a sua importância na transmissão e

<sup>18</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 54.

<sup>19</sup> SLENES, 2011, p. 58



reinterpretação da cultura e das experiências entre as gerações<sup>20</sup>, contestando a interpretação de que o sistema escravista haveria deixado os cativos “*perdidos uns para os outros*” e demonstrando, a partir de inúmeros dados e fontes, que os escravos, em todos os contextos, valorizaram a perspectiva de uma família conjugal estável e lutaram para poderem formá-la<sup>21</sup>.

Além disso, ainda segundo Slenes, ao formar famílias, os escravizados conseguiam alguns privilégios, como um maior controle sobre a sua economia doméstica, que poderia possibilitar uma poupança e conseqüentemente a esperança de conseguir alforriar algum membro da família, além de uma moradia separada para os seus familiares e a possibilidade e “*esperança de tornar sua vida na escravidão uma vida de ‘gente’ dentro de seus próprios padrões culturais.*”<sup>22</sup>, adquirindo condições para recriar uma cultura e identidade próprias, que ajudavam a tornar a família e a roça muito mais do que um engodo ideológico<sup>23</sup>. A esperança de alforria era importante sobretudo para as meninas e mulheres, como aponta Hebe Mattos<sup>24</sup>, pois seus filhos nasceriam cativos caso a mãe ainda o fosse, sendo então preferível alforria-las para que futuramente os seus descendentes não nascessem escravizados. Essa informação demonstra com clareza como a vida das mulheres negras escravizadas possuía um outro contexto de opressão e como a sua condição social, de liberta ou de escravizada, tinha uma importância gritante em seu meio.

Sandra Lauderdale Graham<sup>25</sup>, em seu livro *Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira* (2002), aponta que fugiam menos mulheres do que homens das fazendas, sobretudo mães que se recusavam a deixar os seus filhos. Para a autora, ter parentes era algo importante para a vida e cultura escrava, que localizava e validava a identidade de uma pessoa dentro da sua família, apontando que não possuir laços familiares implicava em um não pertencimento pleno da sociedade, pois os mesmos se tornavam mais vulneráveis

---

<sup>20</sup> SLENES, 2011, p. 124.

<sup>21</sup> SLENES, 2011, p. 118.

<sup>22</sup> SLENES, 2011, p. 193.

<sup>23</sup> SLENES, 2011, p. 214.

<sup>24</sup> MATTOS, Hebe. “*Laços de família e direitos no final da escravidão*” IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. 1a ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 269.

<sup>25</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 55-58.

aos desgastes das dificuldades cotidianas do que aqueles cercados por seus entes queridos.

É possível perceber que a vida das mulheres negras escravizadas, nesse sentido, era profundamente marcada pela questão da liberdade e da sobrevivência dentro do sistema escravista. Inseridas nesse contexto, elas enfrentaram agruras que não podem ser comparadas ou igualadas com a de mulheres inseridas em outros contextos e grupos, não por umas sofrerem mais opressões do que outras, até porque não temos a intenção de hierarquizar opressões neste trabalho, mas por vivenciarem contextos diferentes com repercussões distintas em suas vidas. Não é possível comparar a opressão de uma mulher negra escravizada com a de uma mulher branca liberta, que dirá com a de uma mulher indígena, cujas opressões até hoje possuem nuances distintas.

A escravização de mulheres negras, com suas consequências físicas e mentais, com a sexualização de seus corpos e a coisificação de suas existências, é algo que deve ser considerado com máxima atenção. Para além de tudo isso, no contexto em que estamos falando, na segunda metade do século XIX, ainda havia a problemática do tráfico regional de escravos, que se fortaleceu após a abolição do tráfico de 1850, no qual o Maranhão esteve inserido. Maria Firmina aborda essa questão no conto *A Escrava*, contando sobre o sofrimento de Joana, uma escrava que foi separada à força de seus filhos, traficados para o sudeste, uma realidade que não foi incomum para mulheres nesse contexto. A convivência diária com o medo de serem separadas de seus filhos e familiares era uma constante na vida das mulheres inseridas no sistema escravista.

Dentro desse contexto patriarcal e escravista, também temos a problemática da educação das mulheres, que acabava priorizando os deveres domésticos e não propiciava nenhum conhecimento que pudesse auxiliar em sua emancipação, sobre a qual inúmeras vozes femininas se colocaram contra, como Nísia Floresta, uma escritora, educadora e poetisa brasileira, nascida no início do século XIX, que *“denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do*

*qual essa meta seria alcançada.*<sup>26</sup>. Entre as mulheres que se rebelaram contra esse contexto, se encontra a própria Maria Firmina, que se consolidou enquanto uma professora engajada com a questão da educação das mulheres, tendo lutado durante toda a sua vida para que meninas obtivessem acesso a uma educação justa e igualitária.

O discurso que vigorava nesse período, como explica Guacira Louro, se pautava fortemente na ideia de que “*as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas*”<sup>27</sup>, focando na sua formação moral e na sua constituição de caráter, que partia de preceitos religiosos naturalizantes da diferenciação entre os papéis tidos como masculinos e femininos e da submissão das mulheres. Para tanto, não era necessário que houvessem doses significativas de instrução na educação das meninas, pois em muitos casos reinava a opinião de que não havia porque instruir as mulheres sobre assuntos e conhecimentos relevantes, sendo que os seus destinos enquanto esposas e mães só necessitavam que as mesmas possuíssem uma moral sólida. Seus deveres familiares e domésticos não requeriam os mesmos conhecimentos que eram ofertados aos homens. Como diz Norma Telles,

A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela.<sup>28</sup>

Será apenas nas últimas décadas do século XIX que começará a haver uma mudança significativa na concepção sobre a necessidade de educação para as mulheres, justamente quando começam a ser incentivadas as formações de professoras para suprir a demanda que a criação de novas escolas gerou, proporcionando, assim, maiores possibilidades de emancipação feminina, que até então era extremamente limitada devido a falta de educação e de oportunidades. É nesse contexto e, sobretudo a partir do século XX, que se começará a ter uma participação maior de mulheres em espaços públicos, onde muitas irão se fazer presentes na política pelos direitos das mulheres, se inserindo em inúmeros movimentos de reivindicações que vão além da problemática de gênero. No contexto

---

<sup>26</sup> LOURO, Guacira Lopes. “*Mulheres na sala de aula*”. IN: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p 443.

<sup>27</sup> LOURO, 2018, p. 446.

<sup>28</sup> TELLES, 2018, p. 406.

da abolição da escravidão é possível detectar a participação de várias mulheres, as quais muitas vezes se utilizaram da escrita para defender a libertação dos escravizados, consolidando a abolição enquanto uma pauta defendida por grupos de mulheres no Brasil da segunda metade do século XIX.

Louro<sup>29</sup> explica que as poucas escolas que existiram nesse período, muitas das quais eram focadas no ensino de primeiras letras, contexto em que Maria Firmina trabalhou enquanto professora, acabaram priorizando o ensino dos meninos. Muitas delas foram fundadas por congregações e por ordens religiosas que acabaram focando na doutrina cristã e incentivando distinções no ensino, como gramática para os meninos e bordado e costura para as meninas, além de oferecerem uma educação separada entre os sexos, onde meninos e meninas estudavam separadamente e possuíam professores e professoras específicos para que a moral e o pudor fossem respeitados.

Louro também frisa que as divisões de classe, etnia e raça compunham um papel determinante nas formas de educação utilizadas. No que tange às crianças negras, muitas não possuíam acesso à educação quando inseridas no contexto escravista, aprendendo sobre o mundo a partir da violência do trabalho e das formas de luta pela sobrevivência e resistência que vivenciaram. As crianças que eram livres ou libertas tinham um acesso limitado à educação. Ela aponta que são *“registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – o que vai ocorrer no final do século.”*<sup>30</sup>.

Graham<sup>31</sup>, ao falar sobre o caso de Inácia Delfina Werneck, uma mulher de posses que, em 1857, deixou em testamento uma propriedade para os seus ex-escravos, aponta a questão do analfabetismo de Inácia em comparação com a instrução do filho de Bernardina, sua ex-escrava. A autora mostra que a maioria dos brasileiros do século XIX eram analfabetos e, mesmo aqueles capazes de ler e escrever, geralmente não o faziam, frisando o aspecto jurídico e não literário da cultura brasileira nesse período. No caso de Inácia, nascida por volta de 1770-1780, seu analfabetismo era característico não somente de sua época, mas também de

---

<sup>29</sup> LOURO, 2018, p. 445.

<sup>30</sup> LOURO, 2018, p. 445.

<sup>31</sup> GRAHAM, 2005, p. 117.

seu gênero. Apesar de ter nascido em uma família influente e rica do sudeste cafeeiro, ela nunca foi escolarizada, tendo passado todos os seus 86 anos de vida sem saber ler e escrever. Graham<sup>32</sup> frisa que,

Uma pequena cena dramatiza as diferenças de gênero relacionadas à alfabetização, que até abrangiam a condição de escravo e de livre: o filho de uma escrava de Inácia copiou e assinou com letra clara e elegante um documento legal para sua mãe, enquanto Inácia, tal como sua cativa, não conseguia assinar o próprio nome. Mais do que raça, condição ou classe, o gênero determinava as chances de uma pessoa aprender a ler e a escrever.

A escolarização de José, filho de Bernardina, foi incentivada pela própria Inácia. Graham<sup>33</sup> defende a hipótese de que, sendo ela própria analfabeta, estaria particularmente consciente da vulnerabilidade de Bernardina e de sua família, frente a uma cultura jurídica. Ela sabia muito bem, devido a sua condição e por ter dependido do auxílio de homens durante toda a sua vida em questões como essas, que não saber ler e escrever era um empecilho que limitava a possibilidade de emancipação dos indivíduos. Não se sabe se Inácia incentivou a instrução das mulheres da família de Bernardina, mas o mais provável é que José tenha sido privilegiado por ser homem, voltando para a questão da desigualdade de gênero, pois tanto Inácia quanto Bernardina, senhora e cativa, não obtiveram o privilégio da alfabetização justamente por serem ambas mulheres.

Maria Firmina dos Reis é um exemplo desses obstáculos, pois obteve a sua educação a partir de seu autodidatismo, algo que não era incomum para a época, considerando a dificuldade de acesso a escolas e a noção de que não era necessário instruir mulheres. Tendo se mudado para morar com sua tia, que possuía melhores condições financeiras, na vila de Guimarães, aos cinco anos de idade, ela obteve o apoio necessário para concluir os seus estudos. Marcada por essas dificuldades de acesso à instrução para as mulheres, ela decidiu entrar para o magistério e se tornar professora, tendo iniciado a sua carreira como professora de primeiras letras em 1847. Durante toda a sua vida, Maria Firmina procurou levar conhecimento para as meninas e os meninos da região de Guimarães, tendo adotado várias crianças no processo e criado uma escola mista gratuita em 1880,

---

<sup>32</sup> GRAHAM, 2005, p. 133.

<sup>33</sup> GRAHAM, 2005, p. 152.

considerada como a primeira do Estado<sup>34</sup>, um ano antes de sua aposentadoria, tópico que será discutido com mais detalhes no quarto subtítulo deste capítulo.

Percebe-se, a partir disso, que nossa escritora teve o privilégio de receber o apoio de sua família que, vale a pena frisar, era predominantemente feminina, para que seguisse estudando, algo que não era comum para as meninas na primeira metade do século XIX, sobretudo para as meninas negras de classe baixa, que tinham ainda mais dificuldades para conseguir acesso a educação. Além disso, ela dedicou toda a sua vida para a educação, sendo essa uma das suas maiores preocupações, pois compreendia a sua importância para a emancipação das pessoas. Saber ler e escrever minimamente era uma forma para se conseguir sobreviver em meio a uma sociedade cujas relações de poder se fortaleciam a partir da alfabetização e do analfabetismo, algo que a autora irá abordar em suas obras, como no conto *A Escrava*, exemplificando como essa desigualdade colocava indivíduos marginalizadas em situações de perigo, como veremos mais adiante neste trabalho.

## 2.2. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: AS MULHERES E A LITERATURA

De acordo com Norma Telles<sup>35</sup>, o século XIX se configura enquanto o século do romance, onde a literatura romântica se diferencia das formas de ficção anteriores, que possuíam um direcionamento mais coletivo, para uma tradição mais individualista e original, na qual passam a ser empregados em seus enredos acontecimentos contemporâneos e argumentos novos, abordando pessoas e condições específicas, particularizando cada momento histórico. É a partir desse gênero literário que começa a se ter um foco maior na vida doméstica e cotidiana, contribuindo para a construção da hegemonia do ideário burguês. Esse movimento foi fortemente influenciado pela Europa, tida como o ideal e o sonho da elite e da burguesia brasileira. Dentro do campo da escrita, de acordo com Cuti,

---

<sup>34</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

<sup>35</sup> TELLES, 2018, p. 402.

Imitar, citar, ler, comentar autores europeus sempre trouxe e traz aura de respeitabilidade para quem assim age e para o trabalho que porventura desenvolver. Verniz ou conteúdo absorvido, o fato é que o chamado cânone literário predominante no Brasil é de estofa europeu.<sup>36</sup>

Ainda segundo Telles<sup>37</sup>, o projeto romântico no Brasil foi uma forma de afirmação da nacionalidade que se prolongou durante o Segundo Império, possuindo um viés desejoso de alinhar o país com as nações industrializadas da época, sobretudo européias. O indianismo e o sertanismo, que começaram a aflorar nesse período, se propuseram a retratar a cor local, no entanto, acabaram falando mais sobre as camadas sociais de seus autores e do público ao qual se dirigiam, do que, de fato, sobre os indígenas e sertanejos que se propunham a descrever. É na segunda geração de românticos brasileiros, predominante a partir da década de 1860, que a literatura começa a ser marcada por temas políticos e de apelo social, sob influência do autor francês Victor Hugo, sendo um exemplo brasileiro o poeta Castro Alves, que foi um dos maiores representantes dessa corrente literária.

Nesse contexto, como explica Telles<sup>38</sup>, estava enraizada a noção de que a mulher deveria ser a ajudante do homem e a educadora dos filhos. Ainda no século XVIII começou a ser formulado o discurso sobre a “natureza feminina”, que foi imposto à sociedade burguesa que se encontrava em ascensão. Esse discurso definiu a mulher ideal enquanto um ser maternal e delicado, negando a ela a autonomia e a subjetividade necessárias para a criação, que foi definida como masculina. O que se esperava dessas mulheres era uma vida de sacrifícios e de servidão. Não cabia a elas um futuro enquanto escritoras, pois eram vistas como incapazes de produzir algo do gênero. No entanto, é justamente a partir desse período que algumas mulheres resolveram escrever e publicar as suas obras, inclusive no Brasil. Michelle Perrot, quando falou sobre a “ausência” das mulheres na história, disse que

As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mal abissal. (...) Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São

---

<sup>36</sup> CUTI, 2010, p. 50.

<sup>37</sup> TELLES, 2018, p. 417.

<sup>38</sup> TELLES, 2018, p. 403.

invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.<sup>39</sup>

Podemos perceber, através dos dados da Biblioteca Nacional<sup>40</sup>, que o século XIX teve um número significativo de escritoras, sendo que os dados apontam trinta e oito mulheres que publicaram obras durante o século XIX e início do XX, as quais se encontram, atualmente, disponibilizadas a partir do Domínio Público. No entanto, pouco ou nada se fala sobre elas, tanto na academia quanto fora dela.

Essas escritoras tiveram que contornar inúmeros empecilhos que dificultaram o seu desejo de escrever e publicar, como a educação limitada, que não lhes proporcionava o conhecimento tido como “erudito” e necessário, aos olhos da sociedade, para seguirem a carreira de escritoras. Além disso, como prossegue Telles<sup>41</sup>, o século XIX não enxergava com bons olhos as mulheres que se envolviam em questões políticas. É perceptível, através das interpretações literárias do período, que as ações dessas mulheres transpareciam, aos olhos dos seus contemporâneos, como exemplos de uma incapacidade feminina para a luta, tanto física quanto mental, na qual eles concluíram que as mesmas eram incapacitadas para a política, não sendo levadas a sério. Segundo a autora,

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera.

Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina.<sup>42</sup>

Além da dificuldade para se inserir no campo da literatura, essas mulheres também enfrentaram a invisibilização e o esquecimento. Muitas das escritoras brasileiras do século XIX atualmente não são conhecidas pelo público geral e também não são devidamente estudadas e reconhecidas no campo da historiografia

<sup>39</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 16.

<sup>40</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. **Catálogo de Autores Brasileiros com a obra em domínio público (mortos entre os séculos XIX e XX)**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000127.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

<sup>41</sup> TELLES, 2018, p. 407.

<sup>42</sup> TELLES, 2018, p. 408.



literária e da literatura. Rita Terezinha Schmidt<sup>43</sup> aponta que a investigação das inclusões e das exclusões históricas são uma forma de visibilizar as relações ideológicas e estruturais que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa, frisando que a mesma é gerada por escolhas políticas e não por escolhas neutras e desinteressadas. Segundo ela, esse processo se dá a partir de uma formação discursiva dominante que, ao renegar a literatura produzida por mulheres no passado, consegue dominar o campo literário a partir de um conceito de literatura que ratifica o saber e o poder ligado às elites culturais, estando esse processo inserido no campo das relações de poder.

No contexto colonial, no qual o Brasil se insere, Peggy Sharpe<sup>44</sup> mostra que é comum às literaturas desse contexto que os Outros – ou seja, as mulheres e homens de origem indígena, africana, asiática ou de minorias europeias –, acabem sendo omitidos ou sub-representados. Devido a isso, ela aponta que as mulheres foram excluídas das atividades tidas como masculinas em relação a construção de uma nacionalidade, sobretudo a partir da escrita, o que contribuiu para que as escritoras fossem marginalizadas e/ou forçadas a se conformar com as especificidades de gênero ditadas pelo discurso dominante. Dessa forma, estudar e analisar as obras e as escritoras do século XIX se configura enquanto uma alternativa para que tenhamos outras percepções acerca do passado, sobretudo através de sua exclusão e invisibilização e o que ela significa.

Como a literatura era predominantemente masculina, logo as representações femininas que existiam eram pautadas sobre a perspectiva e a visão que os homens tinham sobre as mulheres. Essas representações masculinas sobre o feminino, de acordo com Perrot, dizem mais sobre os sonhos e os medos dos homens, do que sobre as mulheres reais, ignorando o que as mulheres pensavam, viam e sentiam a respeito disso. Nas palavras da autora, *“das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer.”*<sup>45</sup>. De acordo com Régia Agostinho da Silva,

---

<sup>43</sup> SCHMIDT, Rita Terezinha. *Centro e margens: notas sobre a historiografia literária*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 32, p. 127-141, 2008.

<sup>44</sup> SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da EFG, 1997.

<sup>45</sup> PERROT, 2017, p. 22.

A maioria das fontes, sobre as mulheres do século XIX, são textos escritos por homens, pois era a eles que cabiam a escrita e o espaço público. É deles a maioria das falas sobre o feminino, sobre a mulher, como uma existência fechada em si, una e irrevogável, como se não houvesse diferenças entre elas. Um discurso homogeneizador e que queria se fazer legítimo.<sup>46</sup>

É a partir do momento em que a mulher começa a se utilizar da prática literária para se opor a cultura do patriarcado, de acordo com Nascimento<sup>47</sup>, que a identidade feminina passa a dialogar com a sociedade diretamente e não mais a partir de uma construção e uma organização de mundo pautada por homens, onde a mulher se encontra enquanto objeto de escrita. Ele prossegue explicando que o romance, para as escritoras brasileiras, foi mais do que um instrumento de descoberta e de interpretação, foi um gesto de resistência e de construção da identidade e do espaço simbólico para o exercício do debate público e da exposição reflexiva, se constituindo, até mesmo, enquanto uma afronta ao mandonismo patriarcal<sup>48</sup>.

Apesar de todos os impedimentos e dificuldades, as mulheres que conseguiram acesso à alfabetização nesse período escreveram de forma considerável. Sabemos disso a partir das obras que sobreviveram até nós atualmente, com as quais é possível perceber que as mulheres do século XIX se inseriram no campo da literatura, apesar de todos os impedimentos, não sendo viável a ideia de que as mulheres nesse contexto não escreveram e/ou publicaram os seus trabalhos. Elas o fizeram e, através disso, resistiram e se opuseram às ideologias vigentes através de suas obras e de suas ações. Nascimento afirma que,

A mulher autora, situada no mundo patriarcal, elabora na forma romance suas tensões existenciais e históricas, sua maneira de se relacionar com o mundo patriarcal aparece como reflexo do pensamento que busca o seu lugar no mundo do outro. Os romances escritos por mulheres não representam ideais maniqueístas do feminino em oposição ao masculino, ao contrário, expressam o movimento sociológico da cultura em seus amplos patamares. A questão, porém, está na maneira com que as autoras, na condição de alteridade (...) percebem o mundo e o transportam para a forma narrativa do romance, a fim de expressarem-se individual e coletivamente.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013, p. 34.

<sup>47</sup> NASCIMENTO, 2010, p. 7.

<sup>48</sup> NASCIMENTO, 2010, p. 14.

<sup>49</sup> NASCIMENTO, 2010, p. 4.

Ele segue explicando que a moral, a ética e a percepção dessas autoras do passado, se desenvolveram a partir da experiência de oprimidas. A partir da literatura, elas se tornaram sujeitos da escrita, dando ao romance uma função social de monumento estético de identidades subalternas. Com isso, além de falarem sobre si mesmas, deram espaço para outras vozes e personagens que acabaram desestabilizando a hegemonia patriarcal e abrindo espaços para questionamentos acerca da tradição cultural desse sistema. Partindo disso, muitas escritoras nesse contexto desempenharam um papel ativo nas lutas contra a escravidão, se tornando abolicionistas<sup>50</sup> e tocando nesses tópicos em seus escritos, por compreenderem, a partir desse viés de oprimidas, que os escravizados também o eram.

Maria Firmina dos Reis se configura enquanto um grande exemplo disso. Ela se utilizou de sua literatura para tocar nos temas sensíveis do período, temas que conversaram diretamente com a sua realidade enquanto uma mulher negra maranhense, que via de perto as agruras da escravidão e do patriarcado e que, mesmo com todas as dificuldades, resolveu escrever sobre esses assuntos, conseguindo publicar as suas obras. A sua literatura é profundamente marcada por essas questões, se tornando, junto com a sua biografia, uma fonte histórica interessantíssima para que possamos compreender as relações de poder na sociedade maranhense do oitocentos. Além disso, a autora é um exemplo nítido da marginalização e da exclusão de escritoras brasileiras. Enquanto uma mulher negra, Maria Firmina não foi considerada pela historiografia literária, tendo sido resgatada mais de um século depois da publicação de seu primeiro romance, *Úrsula*, por Nascimento de Moraes Filho, em 1975. Considerando toda a importância de sua obra, a qual começamos a perceber com mais força no século XXI, a sua invisibilização é ainda mais impactante e digna de estudos e análises.

---

<sup>50</sup> TELLES, Norma. *Rebeldes, escritoras, abolicionistas*. **Revista História**, São Paulo, 120, jan/jul. 1989, p. 75.

### 2.3. RAÇA E LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA

A figura do negro na literatura brasileira só começa a se fazer mais presente a partir da primeira metade do século XIX, período em que se iniciaram as tensões entre Brasil e Grã-Bretanha em relação ao fim do tráfico negreiro. De acordo com Jean M. Carvalho França<sup>51</sup>, nesse período a elite política e econômica brasileira vivia sob os terrores do “haitianismo”, ou seja, sob o medo de que ocorresse no Brasil uma revolta de escravos na mesma escala que a do Haiti. Tal temor se juntou a um contexto internacional em que já se começara a falar sobre projetos de emancipação de escravos, sobretudo na Grã-Bretanha, que acabaram influenciando diretamente no Brasil, com a primeira lei de abolição do tráfico de escravos de 1831. Apesar de ela não ter atingido uma eficácia significativa, se tornando popularmente conhecida como a “lei para inglês ver”, ela nunca foi anulada e foi importante na época.

O discurso que evitou a sua plena concretização foi baseado no viés de que o fim do tráfico arruinaria a economia brasileira, levando à falta de mão de obra. Esse argumento foi decisivo para que a abolição do tráfico não fosse colocada imediatamente em prática, contribuindo para o retardamento do início do movimento abolicionista no Brasil, que viria a se fortalecer somente na década de 1870<sup>52</sup>. Wlamyra Albuquerque explica que *“Naquele momento de consolidação da independência nacional, tamanha insistência indignava os políticos brasileiros e transformava a defesa do tráfico em questão de soberania. No mais, os ingleses tinham os seus interesses na África e na América e continuaram a tê-los depois de 1850, quando o tráfico atlântico foi finalmente extinto.”*<sup>53</sup>. Para a historiadora, os argumentos contra e a favor do tráfico dependiam das conveniências comerciais e das convicções ideológicas da época.

---

<sup>51</sup> FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagem do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

<sup>52</sup> SANTOS, Jaqueline Martinho dos. *Literatura e História: o antiescravismo em Maria Firmina dos Reis - uma análise do conto “A escrava”*. **MEMENTO** - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, v. 9, n. 2, 2018, p. 2.

<sup>53</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 46.

É importante ressaltar, no entanto, que não foram somente as pressões inglesas que contribuíram para que a proposta do fim do tráfico se tornasse consensual no final da década de 1840. De acordo com Jaime Rodrigues, a elite brasileira construiu uma percepção sobre os africanos que os colocou enquanto os principais agentes causadores da corrupção dos costumes<sup>54</sup>, fazendo com que o tráfico fosse encarado como uma das fontes dos males sociais que colocavam em risco a soberania e a existência da elite no Império. A literatura da época transparece essa noção. Pautada fortemente no romantismo, que repercutiu em todos os aspectos artísticos desse contexto, ela teve como temas o amor à pátria, à natureza, à religião, ao povo e ao passado. Abordou a concepção do bom selvagem e do nativismo, focando a sua atenção no elemento indígena e criando todo um mito de origem para o Brasil a partir deles, no que viria a ser conhecida como literatura indianista. É aqui que surgem obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar e o poema *I-Juca-Pirama* (1851), de Gonçalves Dias.

Essa literatura, no entanto, como mostra Algemira de Macedo Mendes<sup>55</sup>, silenciou e omitiu a figura do negro, que aparece a partir de estereótipos que o condenam, aos olhos da elite, a uma falta de caráter e de moralidade, ressaltando a sensualidade e a luxúria, o comportamento bestial ou servil e, até mesmo, o sentimento de resignação e de humildade perante o cativo e a escravidão. Quando aparece, o negro se encontra enquanto uma peça pertencente ao pano de fundo da obra, sem voz ou pensamentos próprios, existindo somente para contrastar com os indígenas, aos quais eram atribuídos os elementos de coragem e de apreço à liberdade, enquanto que sob os negros pairava justamente o inverso, os diminuindo e os colocando enquanto seres inferiorizados<sup>56</sup>. Como ressalta Cuti,

A escravização havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da Unicamp; Cecult, 2000.

<sup>55</sup> MENDES, Algemira de Macedo. *O discurso antiescravagista em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. **Revista Cerrados**: Universidade de Brasília, v. 20, n. 31, 2011, p. 79.

<sup>56</sup> BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 19.

<sup>57</sup> CUTI, 2010, p. 16.

A abolição do tráfico se fez necessária justamente para manter os costumes e a própria elite intactos e seguros. Esse pensamento fez com que, em 1850, fosse colocada em vigor a Lei Eusébio de Queiróz, que pôs um fim à importação legal de africanos. Para além do tráfico ilegal, uma das medidas tomadas para sanar a falta de mão de obra que isso gerou, foi o tráfico regional, no qual o Maranhão esteve inserido<sup>58</sup>.

David Brookshaw<sup>59</sup> afirma que, com o fim do tráfico negreiro, muitos escritores brasileiros, comprometidos com a ordem senhorial e preocupados com a sobrevivência do regime escravista, foram forçados a voltar a sua atenção para as condições dos negros nas senzalas e para o tratamento dispensado a eles por seus senhores. Essa nova mentalidade acabou influenciando diretamente na literatura da época. Até então, a figura do negro enquanto personagem era praticamente inexistente, aparecendo aqui e ali, de forma breve e sem muito destaque, o que é um indicativo de que esses indivíduos escravizados não eram sequer considerados enquanto seres humanos pelos escritores do período, aparecendo enquanto panos de fundo sem grande relevância para a trama, marcados pela passividade e pela resignação para com o sistema escravista.

É a partir de 1850, entretanto, que os negros escravizados começam a aparecer de forma mais contundente, ainda que permeados por inúmeros estereótipos. Brookshaw<sup>60</sup>, em sua obra *Raça & cor na literatura brasileira* (1983), trabalha com a estereotipização dos negros na literatura brasileira, dividindo-os, nesse período, em dois: o Escravo Fiel e o Escravo Demônio. O primeiro é o escravo de natureza suave e passiva, que demonstra fidelidade para com os seus senhores, enquanto que o segundo era caracterizado pelo escravo fugitivo e insurrecto, pautado fortemente no medo da elite escravista em relação ao haitianismo e na noção do africano enquanto causador da degradação dos costumes e da moral. Essa visão, inclusive, influenciou até na historiografia, tema que Sidney Chalhoub<sup>61</sup> abordou em sua obra, *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da*

---

<sup>58</sup> SILVA, 2013.

<sup>59</sup> BROOKSHAW, 1983, p. 28.

<sup>60</sup> BROOKSHAW, 1983, p. 16.

<sup>61</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 314.

*escravidão na Corte* (1990), onde ele contesta o que batizou como “teoria do escravo-coisa”, mostrando como os escravos e os libertos conseguiram politizar a rotina e transformá-la, sem recorrer a esses estereótipos, combatendo-os. Cuti<sup>62</sup> também aponta que a literatura brasileira escrita por brancos era pautada pela tarefa de reforçar esses estereótipos, tomando para si a função de impedir a autoestima do africano escravizado e de sua descendência. Em suas palavras,

Quando se estudam as questões atinentes à presença do negro na literatura brasileira, vamos encontrar, na maior parte da produção de autores brancos, as personagens negras como verdadeiras caricaturas, isso porque não só esses autores se negam a abandonar sua brancura no ato da criação literária, por motivos de convicções ideológicas racistas, mas também porque, assim, acabam não tendo acesso à subjetividade negra. Estar no lugar do outro e falar como se fosse o outro ou ainda lhe traduzir o que vai por dentro exige o desprendimento daquilo que somos. (...) O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou de interior, como uma árvore ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio de enfeite doméstico. Aparece mas não tem função, não muda nada, e se o faz é por mera manifestação instintiva, por um acaso. Por isso, tais personagens não têm história, não têm parentes, surgem como se tivessem origem no nada.<sup>63</sup>

No que concerne a produção literária maranhense, mais especificamente, o Padre Antônio Vieira foi o primeiro a se manifestar a respeito da escravização tanto de indígenas, quanto de negros. Com exceção de seus escritos, até a segunda metade do século XIX, temos apenas manifestações fracas e pouco relevantes em favor da liberdade da população negra<sup>64</sup>. Com o advento da abolição do tráfico, começam a surgir alguns escritores mais engajados com essa problemática no Maranhão. Entre eles encontram-se Gonçalves Dias, que dedicou especial atenção ao negro em *Meditação* e *A escrava*; Trajano Galvão de Carvalho, com *Calhambola, a crioula*; Celso Magalhães, com *O escravo*; Sousândrade, com *O guesa* e Odorico Mendes, com *Hino da tarde*.

No Brasil, a primeira mulher que escreveu sobre o negro e a escravidão, denunciando o sistema escravista e as agruras sofridas pelos escravizados, foi Maria Firmina dos Reis, com a publicação de seu romance, *Úrsula*, em 1859, antes mesmo de autores reconhecidos e renomados pelo cânone literário brasileiro, como Bernardo Guimarães, autor de *A escrava Isaura* (1875) e Joaquim Manuel de

---

<sup>62</sup> CUTI, 2010, p. 64.

<sup>63</sup> CUTI, 2010, p. 88-89.

<sup>64</sup> MENDES, 2011, p. 78.

Macedo, com *As vítimas algozes* (1869), tocarem no assunto – os quais, vale ressaltar, abordaram o negro de uma forma que deixa nítido o racismo que permeava a sociedade brasileira desse período. Brookshaw explica que

Não é de admirar (...) que quando a literatura abolicionista propriamente dita expandiu-se após a Lei do Ventre Livre, era de tom eminentemente racista, embora não de modo tão explícito, e de jeito nenhum tão claro como o tema sugeria e na verdade provava ser nos países europeus. *A literatura abolicionista partiu da premissa que a escravidão era ruim para os donos de escravos porque os colocava em contato com degenerados morais.* Seu propósito era inculcar medo nessas pessoas.<sup>65</sup>

De acordo com Angela Alonso<sup>66</sup>, o movimento abolicionista no Brasil teve seu início em 1868, constituindo-se enquanto um longo e lento processo, proporcionado, em grande parte, pela emergência de uma classe média na sociedade, que estava menos envolvida com os interesses dos grandes senhores de escravos e da elite escravista do país. Brookshaw ressalta que os escritores abolicionistas que surgem nesse contexto não o fazem como “*resultado de qualquer estimativa independente da moralidade da escravatura*”<sup>67</sup>. A abolição era vista como uma necessidade, não como algo intrinsecamente desejável, pautada sobretudo em aspectos econômicos, ao invés de humanitários.

Os papéis começam a ser invertidos após a abolição do tráfico negreiro, a partir da expansão do pensamento de que a escravidão era um entrave para o desenvolvimento industrial e para a ampliação do mercado consumidor. Os senhores passaram a ser vistos enquanto reféns do sistema escravista, que atrapalhava o progresso e a marcha para a civilização e a liberdade. Entendia-se que, “*era a mancha negra da escravidão que impossibilitava a construção de um novo país*”<sup>68</sup>, logo a escravidão precisava ser combatida, sendo que muitos dos abolicionistas brancos beberam desse viés.

Maria Firmina, sobretudo através de *Úrsula*, inovou para os parâmetros da literatura de meados do século XIX, ao dar aos seus personagens negros uma perspectiva que até então lhes era negada: a de um ser humano portador de sentimentos, memória, pensamentos, voz, criticidade e alma. Ela quebra com a

<sup>65</sup> BROOKSHAW, 1983, p. 32 [grifos nossos].

<sup>66</sup> ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>67</sup> BROOKSHAW, 1983, p. 41.

<sup>68</sup> SILVA, 2013, p. 79.



tendência dos demais escritores do período, que subestimaram a capacidade dos negros e africanos em suas obras, ao dar-lhes uma voz com que poderiam mostrar aos leitores que eles também eram tão dotados de humanidade e de razão quanto os brancos.

Apesar de as protagonistas da obra serem brancas e de as personagens negras serem secundárias na trama do romance, percebe-se que o cerne da história encontra-se justamente nos negros. São eles que trazem os questionamentos e a denúncia, são eles que elucidam a opressão e os males presentes na sociedade escravista maranhense e são eles que persistem resistindo, mesmo quando tudo parece perdido ou sem sentido, incentivando até mesmo as protagonistas brancas a permanecerem firmes em suas crenças e ideais. É justamente através das personagens negras que o romance adquire o tom de denúncia que fez com que Maria Firmina se tornasse uma pioneira na literatura brasileira. Como bem elucidada Mendes “*enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordanças nas bocas dos negros, Maria Firmina lhes dá voz, para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha*”<sup>69</sup>.

Com *Úrsula*, Maria Firmina consegue desconstruir uma história literária etnocêntrica e masculina, sendo reconhecida enquanto a primeira romancista negra brasileira e uma das primeiras a escreverem uma obra de cunho antiescravista, tendo publicado no mesmo ano em que Luiz Gama publicou sua obra, *Trovas burlescas* (1859), inaugurando a literatura negro brasileira. É nessa sociedade, onde a voz das mulheres sofre grandes tentativas de silenciamento, onde o discurso acerca do feminino é condenado por olhares misóginos, onde o preconceito de cor e a escravidão se manifestam cotidianamente na vida de todos<sup>70</sup>, que Maria Firmina dos Reis irá elevar a sua voz e se colocar no mundo da escrita e da literatura do século XIX, abordando temas como mulheres, escravidão e liberdade.

---

<sup>69</sup> MENDES, 2011, p. 80.

<sup>70</sup> SILVA, 2013, p. 35.

## 2.4. MARIA FIRMINA DOS REIS, “UMA MARANHENSE”

Retomar a biografia de Maria Firmina dos Reis, já discutida de forma breve na introdução deste trabalho, é muito importante para que tenhamos uma noção de quem foi a autora, seu histórico de vida e de lutas e, sobretudo, como a sua vivência influenciou na sua literatura.

Nossa escritora nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de março de 1822, como demonstram os *Autos de Justificação do dia de nascimento de Maria Firmina dos Reis*<sup>71</sup>, datados de 25 de junho de 1847, e o *Livro de Baptismo*<sup>72</sup>, ambos documentos resgatados por Dilercy Adler<sup>73</sup> em suas pesquisas no Arquivo Público do Estado do Maranhão. A pesquisadora ressalta que, até 2017, era comum que os trabalhos sobre a autora trouxessem como data de nascimento o dia 11 de outubro de 1825, o que é contestado pelos documentos já citados. Na realidade, 1825 foi o ano em que Maria Firmina foi batizada, mais especificamente no dia 21 de dezembro, sendo que a demora se deu por motivos de saúde que impossibilitaram a autora de receber o batismo ainda bebê. A justificativa foi feita para que ela pudesse tomar posse do cargo de professora, já que nessa época, no Maranhão, as mulheres deveriam ter mais de 25 anos para poderem exercer a profissão.

Adler também aponta em sua pesquisa que Leonor Felippa dos Reis, mãe de Maria Firmina, está registrada na certidão de batismo como “(...) *Leonor Felippa molata forra que foi escrava do Comendador Caetano Je. Teixeira.<sup>a</sup> (...)*”<sup>74</sup>, esclarecendo a ascendência negra da autora e a sua relação com o sistema escravista. Caetano José Teixeira foi um influente comerciante português, tendo sido um dos maiores negociantes do Maranhão entre os séculos XVIII e XIX, exercendo negócios por todo o Império colonial português, que incluíam a venda e a compra de mercadorias e o transporte e a venda de escravos, tanto de africanos como de

<sup>71</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Autos de justificação do nascimento de Maria Firmina dos Reis**. Arquivo da Arquidiocese/APEM: São Luís-MA. Manuscrito, doc, 4844.

<sup>72</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Registro de batismo de Maria Firmina dos Reis. Livro de registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Victória-igreja catedral, 1826-1827.**

<sup>73</sup> ADLER, Dilercy Aragão. *A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 82.

<sup>74</sup> ADLER, 2018, p. 83.

ladinos<sup>75</sup>. Além disso, ele possuía cerca de 2 mil escravos, aos quais Leonor Felippa esteve incluída até conseguir sua liberdade. Nesta pesquisa não entramos em contato com nenhum documento que esclarecesse os pormenores da alforria de Leonor ou de sua escravização, sendo esse um tópico interessante para pesquisas futuras e que talvez ajude a esclarecer e a conectar certos pontos da biografia de Maria Firmina e de sua família.

Referente ao seu pai, nos documentos pesquisados por Adler consta o nome de João Pedro Esteves como pai da escritora, no entanto, a pesquisadora ressalta que o único dado que consta a seu respeito é de que ele seria um homem negro, sendo a sua origem e vida desconhecidos. Entretanto, existem pesquisadoras, como Zahidé Lupinacci Muzart<sup>76</sup>, que apontam que João Pedro Esteves teria sido um homem de posses, sócio do Comendador Caetano José Teixeira. O nome de João Pedro aparece somente na certidão de óbito da escritora, redigida em 11 de novembro de 1917, não aparecendo em sua certidão de batismo. Mariléia dos Santos Cruz, Érica de Lima de Matos e Ediane Holanda Silva<sup>77</sup> apontam que, apesar de Maria Firmina ter sido gerada fora dos moldes do casamento, tanto a autora como os seus familiares pareciam saber que João Esteves era o seu pai. Sendo ele um possível homem de posses<sup>78</sup>, não seria incomum para o período que ele não assumisse a paternidade de seus filhos ilegítimos, apesar de não sabermos em que termos o seu nome veio a aparecer na certidão de óbito da autora.

Também é possível rastrear as relações familiares de Maria Firmina para além de seus progenitores. Sabemos, ainda através de Cruz, Matos e Silva<sup>79</sup>, que Leonor Felippa possuía dois irmãos e uma filha mais nova, Amália Augusta dos Reis, que acabou substituindo sua irmã mais velha como professora em Guimarães após a sua aposentadoria em 1881. Henriqueta Romana dos Reis era a tia materna de

---

<sup>75</sup> CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “*Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense*”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **CEMOrc-Feusp/Univ. Autônoma de Barcelona**, set/dez 2018, p. 160.

<sup>76</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis*. **Muitas Vozes**: Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2013, p. 254.

<sup>77</sup> CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 158.

<sup>78</sup> Devido às contradições entre as pesquisadoras utilizadas neste trabalho e uma carência de acesso a fontes que nos ajudem a esclarecer quem foi João Pedro Esteves, não afirmamos nada com absoluta certeza acerca do assunto.

<sup>79</sup> CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 161.

Maria Firmina, com a qual ela passou a residir em Guimarães ainda criança, por questões financeiras. Henriqueta também possuía uma filha, Balduína Amália dos Reis. Nisso, fica claro que as relações mais próximas de nossa escritora eram todas femininas, tendo ela crescido em uma família predominantemente composta por mulheres, algo que certamente influenciou na sua vida e nas suas decisões<sup>80</sup>. Um exemplo sobre a sua infância e sua educação pode ser encontrado neste trecho de seu diário, onde ela diz que:

De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida e, por consequência, melancólica: uma espécie de educação freirática veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, que só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã e uma prima querida foram as minhas únicas amigas de infância; e, nos seus seios, eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos...<sup>81</sup>

Maria Helena Pereira Toledo Machado<sup>82</sup> aponta que o isolamento explicitado nesse trecho poderia ser um indício da rejeição social que Maria Firmina e sua irmã, Amália Augusta, sofriram, devido ao fato de ambas serem negras e frutos de relacionamentos extraconjugais.

Também sabemos que Leonor tinha um irmão, Martiniano José dos Reis, natural de São Luís, que aparece como pardo nos registros, havendo indícios de sua atuação como advogado ou solicitador<sup>83</sup> a partir da década de 1860; Martiniano também tinha um filho, Filinto Elísio dos Reis, que desempenhou a função de promotor público e de Intendente Municipal da Comarca de Guimarães. Em relação ao intelectual Sotero dos Reis, ao qual muitos pesquisadores já associaram como

---

<sup>80</sup> Até o momento da realização desta pesquisa, não encontramos nenhuma fonte que falasse sobre a avó de Maria Firmina (com exceção de trechos de seu diário), esclarecendo se ela havia sido escravizada ou não. A resposta para essas e outras perguntas seriam pertinentes para que pudéssemos compreender mais a fundo a vida de nossa escritora e de sua família. Visto que sua mãe, Leonor, foi escravizada, as chances de sua avó também ter sido são altas, no entanto não tivemos acesso a nenhum documento que abordasse esses assuntos e nos ajudasse a compreender como se deu a escravização de Leonor e da avó e como se deram as suas alforrias, ou algo que explique como Leonor foi escravizada, mas seus irmãos não (até agora não encontramos nenhuma fonte que nos leve a crer que Henriqueta e Filinto tivessem sido escravizados em algum momento ou se os três são irmãos por parte de mãe e/ou de pai).

<sup>81</sup> MORAIS FILHO, 1975, s/p.

<sup>82</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo*. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019, p. 102.

<sup>83</sup> Segundo Cruz, Matos e Silva, 2018, p. 161, “um solicitador era uma espécie de advogado, uma pessoa com instrução que ajudava as pessoas da localidade na função de procurador e notário, trabalhando na elaboração de documentos; acompanhava partilhas e fazia escrituras”.

primo de Maria Firmina, Cruz, Matos e Silva<sup>84</sup> ressaltam que não existem evidências suficientes que comprovem esta hipótese, sendo que a própria autora parece ter sido alheia a esta informação durante a sua vida. Ao que tudo indica, se trata apenas de uma coincidência nos sobrenomes, não sendo o sobrenome “dos Reis” incomum.

A partir desses dados, fica claro que alguns membros da família de Maria Firmina possuíam graus significativos de instrução. Aos homens, como era costume na época, foi relegada uma educação mais formal, visto que ambos exerceram a função de advogados. Importante frisar que, identificados enquanto pardos, sobretudo no caso de Martiniano, é possível se atentar para a dificuldade racial do acesso à instrução. Cruz, Matos e Silva<sup>85</sup> mostram que o *Almanak administrativo* de Belarmino de Mattos, referente ao ano de 1862, indica que o tio de Maria Firmina atuou enquanto advogado por volta da década de 1860, abrindo espaço para a hipótese de que ele demorou vários anos para conseguir completar a sua formação, sobretudo quando sabemos que em 1847, nos *Autos de Justificação* abordados anteriormente, ele havia alegado ter 38 anos e viver de suas lavouras, exemplificando a dificuldade que pessoas negras, mesmo quando homens, tinham para conquistar uma formação.

Sobre as mulheres da família, sabemos que ao menos sua irmã, Amália, recebeu instrução, por também ter atuado no magistério. Não seria absurdo imaginar, entretanto, que Maria Firmina e sua irmã tenham, de alguma forma, auxiliado na instrução das demais membras da família, considerando que ambas eram professoras e, ao menos no que se refere a Maria Firmina, o autodidatismo já era um lugar comum. É possível presumir, portanto, que todas ou a maioria das mulheres da família, soubessem ao menos ler e escrever. Ademais, Maria Firmina ainda criança deve ter recebido algum tipo de incentivo familiar significativo para seguir estudando. Sem apoio familiar, dificilmente ela teria conseguido transpor sozinha a falta de instrução e a educação precarizada das meninas no Maranhão<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 161.

<sup>85</sup> MATTOS, Belarmino de. *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Maranhão*. São Luís: Typografia do Progresso, 1858 a 1868, 1869; REGO, João Cândido de Moraes. **Almanak administrativo da província do Maranhão**. São Luís: Typografia de A. P. Ramos de Almeida, 1870.

<sup>86</sup> MOTT, 1989, p. 61.

É interessante notar que, segundo Mendes<sup>87</sup>, Maria Firmina possivelmente teria aprendido francês sozinha, tendo feito traduções do idioma em várias ocasiões. Esse seria um pequeno exemplo da extensão de sua instrução “erudita”, conquistada a partir de sua sede voraz por conhecimento e de seu autodidatismo.

Nascimento Morais Filho, na biografia *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*, traz uma descrição de sua aparência física, a partir de entrevistas com indivíduos que a conheceram: “Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58, pouco mais ou menos), morena.”<sup>88</sup>. Apontar que sua mãe e que seus familiares por parte materna eram negros é importante para que deixemos muito claro que Maria Firmina foi, sem sombra de dúvidas, uma mulher negra, não sendo possível ignorar como a sua condição racial, em pleno regime escravista no século XIX, influenciou na sua existência e nos ideais que a autora defendeu durante toda a sua vida.

Sua carreira como professora se iniciou em 1847, quando ela disputou a vaga para a cadeira de primeiras letras na Vila de Guimarães, no Concurso Estadual, sendo a única aprovada. Devido a sua aprovação, Morais Filho<sup>89</sup> nos conta que sua mãe, Leonor Felippa, teria desejado que a filha fosse tomar posse conduzida por escravos em uma palanquim, ao que Maria Firmina, revoltando-se, teria respondido que um “*Negro não é animal para se andar montando nele!*”, decidindo por ir a pé, o que exemplifica a visão da autora sobre a escravidão, destoando do que era lugar comum na época. É interessante notar que Leonor havia sido escravizada e que a ideia de ir em um palanquim partiu dela, além de que, de acordo com Mendes<sup>90</sup>, sua tia Henriqueta possuía escravos em sua residência, demonstrando como o sistema escravista estava muito bem estruturado na sociedade de meados do século XIX. Manolo Florentino e José Roberto Góes apontam que

(...) a propriedade escrava era altamente disseminada pelo tecido social, o que significa que camadas variadas da população se encontravam *comprometidas* com a escravidão, não importando a extensão de suas posses. E isto não apenas porque até os pequenos produtores possuíam

<sup>87</sup> MENDES, 2009, p. 26.

<sup>88</sup> MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Instituto Histórico Geográfico, 1975, s/p.

<sup>89</sup> MORAIS FILHO, 1975, s/p.

<sup>90</sup> MENDES, 2009, p. 24.

cativos (na verdade, aqueles eram a maioria dos donos destes), mas também porque, ao longo dos intervalos em questão, poucos eram os inventariados que não tinham escravos (...) No entanto, e mais importante ainda, o alto grau de concentração da propriedade escrava revelado coloca-nos não só diante de uma *sociedade possuidora de escravos*, mas sobretudo diante de uma *sociedade escravista*, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao trabalhador cativo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres.<sup>91</sup>

Apesar de sabermos que o sistema escravista estava bem estruturado na sociedade desse período e que existiam inúmeras sutilezas de dominação (e de resistência), é importante frisar, nas palavras de Chalhoub, que não é possível *“imaginar escravos que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados que lhes são inteiramente impostos”*<sup>92</sup>. Nesse sentido, a posição de Leonor se torna uma fonte interessante para reflexão por parte de historiadores, podendo demonstrar a normalização de certas questões, no caso o uso de um palanquim levado por escravos, assim como a recusa e a contestação por parte de Maria Firmina, que já não via essa atitude como algo aceitável, demonstrando uma gradual mudança na mentalidade da época.

Em 1880, segundo Mott<sup>93</sup>, Maria Firmina ficou em primeiro lugar em História da Educação Brasileira, valendo-lhe o título de Mestra Régia. No mesmo ano, ela fundou uma escola mista e gratuita, onde poderia lecionar para os meninos e as meninas da região, que eram sobretudo filhos de lavradores e fazendeiros. As aulas, de acordo com Mendes<sup>94</sup>, se deram em um barracão na propriedade de um senhor de engenho onde ela lecionava para suas filhas; conhecidos da autora relataram que toda manhã ela subia em um carro de bois e se dirigia ao local, levando consigo vários alunos. No depoimento de uma antiga aluna de Maria Firmina, ela conta que a professora era enérgica, falava baixo e não costumava aplicar castigos físicos ou ralhar, optando por aconselhar seus alunos e sendo estimada por todos na vila.

---

<sup>91</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c; 1790-c. 1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 45.

<sup>92</sup> CHALHOUB, 2011, p. 44.

<sup>93</sup> MOTT, 1988, p. 62.

<sup>94</sup> MENDES, 2009, p. 27.

Como aponta Muzart<sup>95</sup>, essa decisão demonstra a sua “*vocação primeira enquanto mestre*” e o seu engajamento para com a educação. Tendo recebido uma educação segregada, Maria Firmina estava muito ciente da diferença entre a educação para os homens, da educação para mulheres, tomando para si o desejo de oferecer uma educação igual para ambos os gêneros. Raimundo de Meneses<sup>96</sup> conta que as aulas mistas escandalizaram os círculos locais, que obrigaram Maria Firmina a suspendê-las após dois anos e meio de funcionamento.

Além de professora, Maria Firmina também teve uma extensa carreira enquanto escritora, sendo *Úrsula*, romance publicado em 1859 sob o pseudônimo “Uma maranhense”, a primeira obra da autora de que temos notícia. Moraes Filho<sup>97</sup> aponta que a publicação do romance foi festejada na imprensa maranhense, tendo a autora recebido palavras de entusiasmo enquanto a primeira mulher a escrever e publicar um romance no Maranhão. Vejamos o que uma passagem do jornal *A verdadeira marmota*, jornal em que Maria Firmina colaborou entre os anos de 1861 e 1862, datada de 13 de maio de 1861, disse a respeito da autora e de sua estreia literária:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias.

(...)

Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

O aparecimento do romance “ÚRSULA” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito.

Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoados.

<sup>95</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 24.

<sup>96</sup> MENESES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 570 *apud* MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 24.

<sup>97</sup> MORAIS FILHO, 1975, s/p.



As descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intrincado que se prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula.

Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português da vila Guimarães, *revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa*, o que fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém.

(...)

Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vêm dar todo o brilho e realce à nossa “Marmota”, que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, *que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto*.

A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao *ente delicado, caprichoso e sentimental – a mulher*.

O belo sexo não deve viver segredado de tão sublime arte – os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; – toma a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe aos brilhantes voos.<sup>98</sup>

Como podemos perceber no trecho acima, a estreia de Maria Firmina no mundo literário maranhense foi bem aceita e até mesmo elogiada, “*não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito*”, havendo poucas críticas mais duras em relação ao romance, apesar do tom de pouco-caso e de indiferença presente nas entrelinhas das críticas, sobretudo em relação ao gênero da autora. Sua coragem ao publicar um romance, levando em conta o ensino precário das mulheres e os seus “*poucos e acanhadíssimos estudos*”, certamente surpreendeu os literatos maranhenses da época, a ponto de utilizarem Maria Firmina como um exemplo a ser seguido pelas mulheres da província que tivessem o desejo de se arriscar a escrever, como podemos perceber na passagem “*que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto*”, ideia também presente no prólogo do romance *Úrsula*, quando a autora pede que

Não a desprezeis, antes amparai-a a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, *sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras*, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós.<sup>99</sup>

<sup>98</sup> ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afro-descendente no Brasil oitocentista. São Paulo: PUC, 2016, p. 14 [grifos nossos].

<sup>99</sup> REIS, 2018, p. 34 [grifos nossos].

A partir desse trecho, para além da consciência de Maria Firmina acerca do impacto que sua publicação poderia ter no meio literário maranhense, visto que poderia servir de incentivo para outras mulheres, também é perceptível que ela tem conhecimento de seu local na sociedade enquanto uma mulher negra que teve que lutar para conquistar a sua instrução. Isso também fica claro em outro trecho do prólogo, onde ela afirma que

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. *Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados*, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.<sup>100</sup>

Voltando ao jornal, chama a atenção o modo com que ele se refere à Maria Firmina, ao afirmar que *“ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora”*. Como destacam Cruz, Matos e Silva<sup>101</sup>, em meio aos intelectuais maranhenses do século XIX, destacou-se Maria Firmina, uma mulher em meio a um ambiente predominantemente masculino que foi identificada como a *“Exma. Sra. Maria Firmina dos Reis”*, *“respeitável por muitos títulos”*<sup>102</sup>, tendo sido amplamente elogiada e colaborado em inúmeros jornais, os quais demonstravam se sentir honrados com a sua contribuição. Segundo as autoras, *“Maria Firmina se tornou o canal de aceitação e respeito da sociedade para com uma representação sobre o feminino que extrapolou a imagem de simples dona de casa sem voz”*<sup>103</sup>.

É importante lembrar que a capital da província do Maranhão, São Luís, em meados do século XIX, como pontua Telles<sup>104</sup>, era dominada culturalmente por latinistas e helenistas, tendo sido considerada a Atenas Brasileira. Adler<sup>105</sup> destaca que o contexto histórico da *belle époque* conferiu a vida cultural no Maranhão uma maior intensidade e expressividade. Nesse contexto, a literatura recebeu mais foco e surgiram inúmeros intelectuais e escritores, como Gonçalves Dias, João Lisboa,

<sup>100</sup> REIS, 2018, p. 33 [grifos nossos].

<sup>101</sup> CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 154.

<sup>102</sup> ACERVO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Publicador Maranhense*, 18 fev. 1880, p. 2 *apud* CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. **“Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”**: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. CEMOrOc-Feusp/Univ. Autônoma de Barcelona, set/dez 2018, p. 154.

<sup>103</sup> CRUZ; MATOS; SANTOS, 2018, p. 156.

<sup>104</sup> TELLES, 2018, p. 40.

<sup>105</sup> ADLER, 2018, p. 85.

Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, Humberto de Campos e tantos outros, que foram importantes para a constituição do Maranhão enquanto um grande cenário da poesia, da prosa e da produção jornalística no século XIX. Importante notar, sobretudo, que muitos dos escritores maranhenses contemporâneos a Maria Firmina estudaram no exterior, enquanto nossa escritora estudou por conta própria.

Após décadas de esquecimento, o romance *Úrsula* foi redescoberto em um sebo no Rio de Janeiro em 1962, por Horário de Almeida, quando este comprou um lote de livros e entre eles encontrou uma cópia de *Úrsula*, sob o pseudônimo de “Uma maranhense”<sup>106</sup>. Após uma árdua pesquisa, ele conseguiu identificar o pseudônimo como pertencente à Maria Firmina dos Reis. Almeida criou uma edição fac-similar do texto para poder divulgar suas palavras, em cujo prólogo pontuou sua ausência nos estudos críticos sobre a literatura maranhense até então. Em 1975, a autora foi novamente resgatada por Nascimento de Moraes Filho, que escreveu a primeira biografia sobre ela, *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*.

Depois de *Úrsula*, Firmina publicou o romance indianista *Gupeva* em três folhetins, no *Jardim das Maranhenses* (1861-1862), no *Porto Livre* (1863) e no *Echos da Juventude* (1865)<sup>107</sup>. Além desses dois romances, Maria Firmina também escreveu poesias, participando da antologia de poemas *Parnaso Maranhense* em 1861, junto de outros poetas maranhenses do período, e publicando a sua própria antologia de poemas, *Cantos à Beira-Mar*, em 1871. Além dos poemas, também publicou inúmeros contos, composições musicais (clássicas e populares, como *Autos de bumba meu boi*), charadas e enigmas na imprensa ao longo de sua extensa carreira literária. Em 1887, publicou na *Revista Maranhense* o conto *A escrava*, de caráter abertamente abolicionista, tendo publicado no ano seguinte, devido ao 13 de maio, a canção *Hino de Liberdade dos Escravos*.

Colaborou ao longo de sua carreira nos jornais *A Imprensa* (1860), *Publicador Maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota* (1861), *Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900) e *Federalista* (1903). Mantinha um diário chamado *Albúm*,

---

<sup>106</sup> PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. *A escrava, de Maria Firmina dos Reis*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 104.

<sup>107</sup> CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 153.

sobre o qual temos acesso a uma parte intitulada *Resumo de Minha Vida*, cujos textos datam de 9 de janeiro de 1853 e 1º de abril de 1903. Leude Guimarães, filho adotivo de Maria Firmina, contou para Moraes Filhos que os documentos e escritos de sua mãe que estavam em sua posse foram roubados em um hotel em São Luís; Leude guardava-os dentro de um baú, que foi levado por ladrões, restando apenas algumas partes do diário em sua posse<sup>108</sup>. No entanto, Luiza Lobo<sup>109</sup> levantou a hipótese de que o roubo seria apenas uma desculpa para encobrir uma provável censura realizada pelos familiares da autora em seu diário, que foi transcrito postumamente, tendo os manuscritos originais desaparecido. Nas palavras da autora, “*O Álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos, assim como as mais pungentes dores de nossos corações*”<sup>110</sup>.

Nossa escritora foi uma das pioneiras do país no campo da ficção escrita por mulheres, junto de Nísia Floresta (1810-1885) e de Ana Luísa de Azevedo e Castro (1823-1869)<sup>111</sup>. Até o momento, Maria Firmina dos Reis foi a primeira romancista negra do Brasil, sendo o seu pioneirismo ainda mais expressivo quando observamos sua passagem pela imprensa maranhense e como a sua presença abriu portas, na província do Maranhão, para que mais mulheres se aventurassem em um mundo predominantemente masculino e que não via com bons olhos as tentativas de mulheres na escrita e na vida pública.

Pinto-Bailey<sup>112</sup> explica que, apesar de *Úrsula* não ser o primeiro romance de autoria negra no Brasil, ela é a obra que iniciou a produção literária afro-brasileira, marcando o início de uma literatura negro-brasileira. Essa literatura trata de temas e/ou problemas que se relacionam com personagens negros, expressando suas consciências e identidades. Nas palavras da pesquisadora, “*a questão-chave a definir a literatura negra reside na auto identificação e expressão do sujeito negro*

---

<sup>108</sup> MENDES, Algemira Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 26.

<sup>109</sup> LOBO, Luiza. *Autorretrato de uma Pioneira Abolicionista*. IN: **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

<sup>110</sup> MORAIS FILHO, 1975, s/p.

<sup>111</sup> DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis**: facetas de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 11.

<sup>112</sup> PINTO-BAILEY, 2018, p. 105.

*em um ato criativo e consciente, o qual implica também em um processo de reescrever a história a partir do ponto de vista do afrodescendente*". Para ela, Maria Firmina possuía uma profunda consciência da condição dos negros escravizados no Brasil, utilizando-se de sua literatura para denunciar a *"injustiça, desumanidade e crueldade da escravidão"*<sup>113</sup>, através da utilização de mais de uma voz narrativa em suas obras, trazendo personagens negras que nos dão os seus testemunhos acerca da escravidão e de suas condições enquanto africanos e afro-brasileiros escravizados.

---

<sup>113</sup> PINTO-BAILEY, 2018, p. 106.

### 3. AQUELA QUE OUSOU ERGUER A SUA VOZ: A DENÚNCIA NAS OBRAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS

#### 3.1. GUARDIÕES DA CULTURA: AFRICANIDADE E LITERATURA DE TESTEMUNHO

Ana Clara Carneiro Rio e Antonio Fernandes Júnior afirmam que, ao publicar a primeira edição de *Úrsula*, Maria Firmina adotou o uso do pseudônimo, “Uma maranhense”, “obedecendo regras historicamente construídas pelas práticas discursivas vigentes, que não concediam às mulheres o lugar de autoria na escrita literária, jornalística, dentre outras.”<sup>114</sup>. O contexto em que a autora estava inserida justifica esta escolha, visto que a sociedade literária da época não tinha interesse em abrir espaço para que mulheres se inserissem neste campo, sobretudo quando a obra apresentava questões contrárias ao viés hegemônico<sup>115</sup>, como é o caso de *Úrsula*.

Rio e Fernandes Júnior<sup>116</sup> apontam que o sujeito que escreve é o resultado das práticas discursivas que o subjetivam, sendo que, nas palavras de Cleudemar Alves Fernandes<sup>117</sup>, ele

Deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro.

Chartier<sup>118</sup> escreve sobre a existência de uma “ausência especial”, não sendo a função do autor simplesmente uma função discursiva, mas um modo de atribuição dos discursos, passível de coerção através de disputas ideológicas que regulam o que pode e o que não pode ser dito, dentro das particularidades de cada momento histórico. No contexto do Maranhão no século XIX, as mulheres não tinham

<sup>114</sup> RIO, Ana Clara Carneiro; FERNANDES JÚNIOR, Antonio. *Uma autora que não ousa assinar o próprio nome*. Discurso e autoria em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Revista de ABRALIN**, v. 15, n. 2, p. 121-145, jul./dez. 2016, p. 123.

<sup>115</sup> RIO; FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 143.

<sup>116</sup> RIO; FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 131.

<sup>117</sup> FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 24.

<sup>118</sup> CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EDUFSCar, 2012, p. 35.

liberdade para se inserir no mundo das letras, visto que ele estava reservado aos homens brancos letrados. Rio e Fernandes Júnior explicam que isso nos ajuda a compreender o porquê de Maria Firmina ter optado pelo uso de um pseudônimo; os autores, ao analisarem o prólogo do romance *Úrsula*, chegaram a conclusão de que o principal tema presente nesse trecho da obra diz respeito a “*submissão feminina acompanhada da transgressão na escrita*”, havendo a presença de um sujeito que resiste ao sistema dominante patriarcal e que rompe paradigmas, pois mesmo que não exista a presença do nome da autora, uma voz autoral feminina se mostra presente, através da qual os autores defendem ser possível reconhecer o lugar da mulher na sociedade oitocentista. Para eles,

Não é qualquer indivíduo que pode ocupar essa posição-sujeito. Ao mesmo tempo, não basta escrever um texto para se tornar autor, é preciso preencher os requisitos e ritos sociais para se inscrever nesse universo discursivo. Maria Firmina dos Reis, enquanto “nome de autor” que não ousa assinar o nome, conhece as regras e interdições às quais as mulheres daquela época estavam submetidas e, no entanto, as questiona.<sup>119</sup>

O discurso presente no prólogo, portanto, abre espaço para refletirmos sobre a condição subalterna da mulher no Brasil oitocentista, pois a “*posição-sujeito (autor) se coloca em uma situação de inferioridade, tanto em relação à autoria (“Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher”), quanto no que tange à realização do livro (“Mesquinho e humilde livro”).*”<sup>120</sup>, para os autores, essa posição do sujeito aponta para questões relacionadas às condições históricas do século XIX e às relações de poder que favoreciam o homem branco letrado. Nesse sentido, o posicionamento da autora nos permite entender como a escrita feminina começou a romper paradigmas a ponto de que, mesmo com a existência das relações de poder que buscavam interditar alguns dizeres, outras vozes apareciam como resistência. Uma hipótese dos autores é a de que, por ter sido escrito por uma mulher, o romance pudesse ser recebido com indiferença pelo público, sendo o tom submisso adotado por Maria Firmina uma estratégia para conquistar a simpatia dos leitores, pois este era um tom tido como adequado para uma mulher.

A premissa do romance gira em torno de nossa protagonista, Úrsula, uma jovem que viveu toda a sua vida isolada em sua casa, cuidando de sua mãe

<sup>119</sup> RIO; FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 137.

<sup>120</sup> RIO; FERNANDES JÚNIOR, 2016, p. 138.

paralítica. A vida de Úrsula muda drasticamente quando ela conhece Tancredo, um jovem de classe alta que, ao sofrer um acidente com seu cavalo, é encontrado por Túlio, um dos escravos da família de Úrsula, que o leva até sua residência, onde ele recebe os cuidados necessários. Aqui, floresce uma grande amizade entre Tancredo e Túlio, que irá nos proporcionar reflexões muito interessantes sobre a escravidão, assim como nas passagens em que Susana, outra escrava da família, nos oferece seu relato, e de Antero. Nesse meio tempo, Tancredo se apaixona por Úrsula e ela por ele, tendo a união de ambos sido abençoada pela mãe da protagonista, Luísa B. No entanto, enquanto Tancredo viaja para resolver alguns assuntos pendentes, Úrsula recebe uma visita desagradável de seu tio, o comendador Fernando P., conhecido por todos devido a sua brutalidade. Fernando foi o motivo dos infortúnios de sua irmã, tendo assassinado o seu marido, Paulo B., e lhe abandonado quando esta mais precisava. Ele se apaixona pela sobrinha, decidido por tomá-la como esposa mesmo que a força. Aqui, as coisas começam a se complicar. Luísa B., horrorizada frente ao intento de seu irmão, falece, deixando Úrsula sozinha à mercê do vilão da narrativa. Tancredo volta a tempo de fugir com a jovem, levando-a para a proteção de um convento, onde os dois se casam. Túlio, que é alforriado no início do romance, é preso por Fernando, conseguindo fugir a tempo de alertar Tancredo sobre os planos do comendador para assassiná-lo, no entanto, ele acaba sendo morto por Fernando e Tancredo, optando por enfrentá-lo, também acaba morrendo, o que leva Úrsula a loucura e a morte.

Correia<sup>121</sup> afirma que o século XIX é por excelência o século do romance, tendo esse movimento servido como um veículo para a definição de valores que se buscava associar ao Brasil. No entanto e, apesar de *Úrsula* ser uma obra pertencente ao romantismo, ela também possui alguns pontos que destoam do que geralmente esperamos ver em obras deste gênero. Correia explica que essa diferença se pauta na presença de um Brasil que não deveria ser mostrado, justamente por romper com a ideia de uma suposta unidade e identidade nacional. A partir desse romance, além de mostrar as barbáries da escravidão e do patriarcalismo, ela traz um foco especial para o continente africano e pontua

---

<sup>121</sup> CORREIA, Janaína Santos. *Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos Afrodescendentes no Brasil*. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, set./dez. 2013, p. 9.



fortemente a africanidade presente em suas personagens negras, não de forma pejorativa, mas respeitosa, além de narrar o cotidiano dentro de um navio negreiro, ambos fatores inéditos na literatura brasileira até então.

Não era incomum para o período que escritoras, apesar de seus trabalhos serem vistos apenas enquanto ingênuos e açucarados, mencionarem assuntos que dialogavam com questões econômicas, políticas, sociais e culturais da época, demonstrando o seu engajamento e o uso que elas faziam de sua literatura como uma forma de resistência e de denúncia<sup>122</sup>. No caso de Maria Firmina, como explica Mendes<sup>123</sup>,

A autora aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos presentes na sociedade patriarcal brasileira e que tinha no escravo, no índio e na mulher suas principais vítimas. A escritora privilegia, sobretudo a voz masculina como procurador *ad doc* para concretizar seu projeto.

Essa atitude política de Maria Firmina se torna ainda mais expressiva quando paramos para analisar o círculo letrado de São Luís no período, a Athenas Brasileira, que de acordo com Rio<sup>124</sup>, imersa na escravidão, privilegiou as características européias em detrimento dos povos e culturas indígenas e africanas presentes na região, demonstrando o caráter racista e preconceituoso, tanto de sua literatura, quanto de seus membros, preceito que Firmina se recusou a seguir em suas obras. Apesar de se utilizar de características literárias européias na narrativa, ela ressalta a cultura e a identidade negras no romance, destoando do que era esperado. Ainda segundo Rio,

Os discursos que representavam o negro passam por uma série de questões no século XIX, por isso é importante destacar que o “não dito” a respeito dos discursos referentes ao negro passou por implicações políticas, sociais e econômicas, sempre atendendo às vontades de verdade de um corpo social. Possivelmente, foram esses aspectos que possibilitaram a não emergência de discursos por parte de alguns escritores da época, pois o movimento literário tem raiz europeia, o que faz com que uma série de incorporações e características tenha sido admitida para o romantismo brasileiro.<sup>125</sup>

A autora finaliza citando Heloísa Toller Gomes<sup>126</sup>, que explica que era mais fácil deixar pairar o silêncio em relação ao negro, pintando a escravidão enquanto

<sup>122</sup> MENDES, 2009, p. 24.

<sup>123</sup> MENDES, 2009, p. 44.

<sup>124</sup> RIO, 2015, p. 51.

<sup>125</sup> RIO, 2015, p. 52.

<sup>126</sup> GOMES, Heloísa Toller. **O negro e o romantismo brasileiro**. São Paulo: Atual, 1988, p. 3.

uma instituição benevolente ou cruel, do que procurar representar o que de fato acontecia dentro das senzalas, vistas como locais acusadores. Novamente, aqui Maria Firmina destoa, pois ela não poupa palavras e argumentos para narrar as atrocidades cometidas dentro das senzalas, as dores físicas e psicológicas e todo o sofrimento que os escravizados passavam diariamente, algo que não era sequer levado em conta pela literatura do período, que em boa medida foi utilizada para endossar o pensamento escravocrata<sup>127</sup>. *Úrsula*, portanto, se encontra excluída do cânone literário, pois num espaço dominado por uma cultura patriarcal e escravagista, que privilegiava o europeu, uma escritora afrodescendente ousou narrar aquilo que se preferia apagar e silenciar. Como explica Rio, “*Os discursos sobre o cânone são constituídos através das relações de poder, pois os parâmetros de avaliação do que é pertinente ou não para uma sociedade são revelados a partir das classes dominantes (...), que elegem os critérios de valores dos discursos, agregando-os ou silenciando-os.*”<sup>128</sup>.

Logo no primeiro capítulo do romance, Maria Firmina já se usa de artifícios para denunciar o abuso que as mulheres sofriam nesse período. A autora escreve:

Oh! O sol é como o homem maligno e perverso, que bafeja com hálito impuro a donzela desvalida, e foge, e deixa-a entregue à vergonha, à desesperação, à morte! – e depois, ri-se e busca outra, e mais outra vítima!

A donzela e a flor choram em silêncio, e o seu choro ninguém compreende!...<sup>129</sup>

Essa passagem poderia muito bem não existir no romance, pois em nada interfere no desenrolar da trama. O fato de ela estar presente é muito significativo, demonstrando a decisão da autora de denunciar as opressões existentes na sociedade e jogar luz para aqueles que sofrem violências e são silenciados, como as mulheres. No entanto, essa decisão também se faz nítida na forma com que a autora optou por narrar os acontecimentos no livro, sobretudo neste primeiro capítulo onde Túlio e Tancredo vem a se conhecer. Sobre Túlio, a autora escreve:

O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!...

<sup>127</sup> CARVALHO, Virgínia Silva de. **A efígie escrava**: a construção de identidades negras no romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Teresina: UESPI, 2013, p. 12.

<sup>128</sup> RIO, 2015, p. 55.

<sup>129</sup> REIS, 2018, p. 39 [grifo nosso].

Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria.

Assim é que o triste escravo arrasta a *vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos!*

(...)

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... àquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso...<sup>130</sup>

Maria Firmina ressalta o sofrimento de Túlio e dos escravizados num geral, pontuando como a escravidão, ao contrário do que seria esperado, não lhe embrutecera a alma, sendo o nosso personagem uma pessoa de coração extremamente puro e generoso que nutriu uma imensa satisfação por poder ajudar o seu próximo, Tancredo, quando este mais precisava de uma mão solidária. Atitude, não podemos deixar de notar, cristã. Ao longo de toda a narrativa, Maria Firmina irá enfatizar os preceitos da religião católica, sobretudo em relação ao amor ao próximo e da irmandade entre os homens. Essa atitude, para além de um artifício para angariar a empatia dos leitores brancos e fazê-los refletir sobre a hipocrisia de seus atos enquanto cristãos em um país escravocrata, também reflete a visão da autora que, conforme podemos perceber através de seus diários, era uma mulher que nutria grande fé em Deus. Como explica Mendes,

Contraopondo-se ao estereótipo presente nas obras citadas, a autora introduz a imagem do escravo bom, fiel, que, apesar da escravidão, não está embrutecido (...)

Ressalte-se, de início, que não se trata de condenar a escravidão unicamente porque um escravo específico possui um caráter elevado. Trata-se de condenar a escravidão como um todo, enquanto instituição injusta. E a autora o faz a partir do próprio discurso religioso, oriundo da hegemonia branca, que afirma serem todos irmãos independentemente da cor da pele! Se pensarmos em termos do longínquo ano de 1859 e da longínqua província do Maranhão, poderemos avaliar o quanto tal postura tem de avançado, num contexto em que a própria Igreja Católica respaldava o sistema escravista.<sup>131</sup>

Ao salvar Tancredo da morte, Túlio desempenhou “*a mais nobre missão de que o homem está incumbido por Deus – a fraternidade*”<sup>132</sup>. Como defende Tancredo,

(...) dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na

<sup>130</sup> REIS, 2018, p. 41 [grifos nossos].

<sup>131</sup> MENDES, 2009, p. 100.

<sup>132</sup> REIS, 2018, p. 44.

alma, compreendo tua amargura, e *amaldiçoio em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante*. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer; e eles que o não compreendem!! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro.<sup>133</sup>

Nisso, Tancredo pede a Túlio que lhe diga o que este pode fazer por ele, como um agradecimento pelo seu salvamento e pela generosidade do rapaz, ao que Túlio responde em súplica para que

(...) continuai, pelo céu, a ser generoso, e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! Costumados como estamos ao *rigoroso desprezo dos brancos*, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores! *Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão.*<sup>134</sup>

Já de início fica nítida a visão que a autora possuía acerca da “*cadeia infame e rigorosa, a que chamam escravidão*”<sup>135</sup>. Maria Firmina não poupa argumentos para demonstrar o quão vil era a escravização de negros e como os brancos eram os vilões. Tancredo havia sido o primeiro branco que havia dirigido palavras doces a Túlio, que havia procurado compreendê-lo e que o tratou como um igual; isso gerou um forte impacto em Túlio, que foi ainda mais acentuado quando Tancredo, já recuperado de sua convalescença, comprou sua alforria, criando um vínculo de afeto e gratidão entre ambos que perdurou até os seus fins. Como aponta Mendes,

Nas observações que o narrador faz do escravo Túlio, que socorre o mancebo, fica intrínseco o discurso anti-escravagista da autora. Em sua primeira aparição, a personagem já indica a perspectiva que orienta a representação do choque entre as etnias no texto de Maria Firmina dos Reis. A escravidão é “odiosa”, mas nem por isto endurece a sensibilidade do jovem negro. Eis a chave para compreender a estratégia autoral de denúncia e combate à escravidão sem agredir, no entanto, as convicções mais elevadas de seus leitores. Túlio é vítima, não algoz. Sua revolta se faz em silêncio, pois não tem meios para confrontar o poder dos senhores. Não os sabota nem os rouba, como os escravos presentes em *Vítimas-algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo (1869). Seu comportamento pauta-se pelos valores cristãos, apropriados pela autora a fim de melhor propagar seu ideário.<sup>136</sup>

Sobre a escravidão e a alforria, Sheila de Castro Faria<sup>137</sup> explica que, sendo o escravo uma propriedade, ele só poderia ser libertado caso o seu proprietário assim

<sup>133</sup> REIS, 2018, p. 46 [grifo nosso].

<sup>134</sup> REIS, 2018, p. 46 [grifos nossos].

<sup>135</sup> REIS, 2018, p. 54.

<sup>136</sup> MENDES, 2009, p. 99.

<sup>137</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras - riqueza e estigma social*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 2000, p. 65.

o quisesse. Ela explica que mesmo em casos onde o escravizado possuía os meios para pagar o seu preço ao seu senhor, este ainda não seria obrigado a alforriá-lo, tendo apenas em 1871 sido estabelecida uma lei que obrigava o senhor a alforriar um escravo que lhe desse o equivalente a seu preço. No caso de Túlio, a situação se deu da seguinte forma:

Tinha-se *alforriado*. O generoso mancebo assim que entrou em convalescença dera-lhe dinheiro correspondente ao seu *valor como gênero*, dizendo-lhe:

— Recebe, meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.

Túlio obteve pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes – Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África (...) a sua gratidão não conhecia limites. À liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a - era feliz!<sup>138</sup>

Percebe-se que Tancredo, grato por Túlio ter-lhe salvado da morte, lhe deu o dinheiro para que este comprasse a sua alforria com sua proprietária, Luísa B. Nesse caso, Luísa poderia ter se recusado, mas não o fez. Túlio desde criança fazia parte de sua família, sua mãe havia sido a sua “*escrava predileta*”, sua companheira de muitos anos, no entanto, como explica Túlio para Tancredo, essa predileção atraiu a atenção e o ódio de Fernando P., que para vingar-se de sua irmã comprou a escrava de seus credores e dedicou-lhe “*todos os tormentos da sua vida*”<sup>139</sup> que acabaram levando-a à morte. Túlio foi então deixado aos cuidados de Susana por sua mãe, na esperança de que seu destino fosse outro. Sua relação tanto com Luísa B. e Úrsula, quanto com Susana, se pautava em respeito e afeição mútuas, sendo Susana uma figura materna para o jovem. Nas palavras de Túlio “*A senhora Luísa B... foi para mim boa e carinhosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão*”<sup>140</sup>.

A relação de Susana e Túlio traz uma reflexão interessante sobre os laços de parentesco não consanguíneos que, como explicam Florentino e Góes<sup>141</sup>, poderiam ultrapassar inclusive os limites do plantel e a condição jurídica dos cativos. Para eles, essa abertura da família escrava tinha um caráter eminentemente político, pois buscava ampliar o raio social das alianças políticas, significando uma rede de

---

<sup>138</sup> REIS, 2018, p. 56.

<sup>139</sup> REIS, 2018, p. 158.

<sup>140</sup> REIS, 2018, p. 113.

<sup>141</sup> FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 76.

solidariedade e de proteção maior que, em uma sociedade escravista, era algo importante para garantir a própria sobrevivência e sanidade em um contexto de violência e opressão.

Luísa, como é possível perceber no decorrer da narrativa, se horrorizava frente aos castigos impostos aos escravos. Através dos relatos de Susana, podemos notar que

(...) seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor.

E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultavam vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes os mesmos céus!...

O senhor Paulo B... morreu, e sua esposa, e sua filha procuraram em sua extrema bondade fazer-nos esquecer nossas passadas desditas!<sup>142</sup>

Faria<sup>143</sup> explica que não haviam leis que instituíssem a escravidão ou a alforria; em relação a alforria, não se tratavam as formas em que ela seria possível, mas as possibilidades de ela ser revogada, sendo uma delas a ingratidão. Apesar de essa não ter sido uma prática recorrente, ao menos quando o escravizado estivesse de posse do instrumento legal que viabilizava a sua liberdade, a sua possibilidade torna a seguinte passagem muito interessante: *“Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor? Olha, chamar-te-ão, talvez, ingrato, e eu não terei uma palavra para defender-te.”*<sup>144</sup> Aqui, Susana chama a atenção de Túlio em relação a sua súbita alforria, alertando-o do perigo de este estar trocando um cativo por outro e de sua atitude de partir com Tancredo ser vista como uma ingratidão, visto que Luísa estava a beira da morte. Túlio, no entanto, não via a situação do mesmo modo, diz ele que *“Não troco cativo por cativo, oh não! troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade!”*<sup>145</sup>, contudo, essa ampla liberdade nem sempre era uma certeza.

De acordo com Chalhoub<sup>146</sup>, um dos aspectos que diferenciava a escravidão no Brasil era a possibilidade de acesso à alforria em taxas superiores a de outras

<sup>142</sup> REIS, 2018, p. 117.

<sup>143</sup> FARIA, 2000, p. 65.

<sup>144</sup> REIS, 2018, p. 113.

<sup>145</sup> REIS, 2018, p. 113.

<sup>146</sup> CHALHOUB, Sidney. *Precriedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. **História Social**, n. 19, 2010, p. 34.

sociedades escravistas do período, o que proporcionou a existência de números significativos de negros livres e libertos na sociedade brasileira oitocentista. A obtenção da alforria era difícil de ser atingida, no entanto, o historiador explica que não houveram iniciativas do poder público para proibi-la, tendo o processo de libertação de escravos ocorrido ao mesmo tempo que a instituição da escravidão. Os métodos de obtenção de alforria eram diversos, desde a carta, até a liberdade concedida por testamentos e inventários, as alforrias em pia batismal ou por ações cíveis, podendo haver manumissões onerosas por indenização pelo escravo ou pelo estabelecimento de condições a serem cumpridas, como a exigência de prestação de serviços por um determinado período de tempo. O pesquisador destaca que, ao que tudo indica, a liberdade condicional constituía uma porcentagem significativa das alforrias, pontuando que poderia existir uma maior vulnerabilidade à reescravização por parte dos libertos condicionais, visto que a alforria comprada dava maiores condições para que a liberdade fosse defendida em caso de necessidade<sup>147</sup>.

O historiador<sup>148</sup>, ao abordar a precariedade estrutural da liberdade no Brasil oitocentista, destaca a lei de 1831, que tornava o tráfico de escravos ilegal. A partir dela, se construiu o conceito de “africanos livres”, que fundamentou inúmeras ações cíveis de liberdade, especialmente na década de 1860, que ameaçavam desestabilizar a propriedade escrava. Chalhoub explica que as práticas de escravização ilegal produziram insegurança e precarizaram a liberdade, sendo uma das consequências do interesse senhorial em descumprir a lei de 1831, o afrouxamento dos requisitos de prova da legalidade da liberdade e escravidão, resultando no aumento de sequestros de negros livres pobres que, a partir de 1850, corriam o risco de serem traficados para o sudeste. Nesse sentido, partia-se do pressuposto de que qualquer negro, a não ser quando provado o contrário, deveria ser assumido enquanto um escravo, exigindo-se a apresentação de provas de liberdade que eram negadas pelos senhores e autoridades públicas, maciçamente constituídas por pessoas letradas que se aproveitavam do analfabetismo da população negra para ludibriá-los com papéis falsos. Em resumo, nas palavras de

---

<sup>147</sup> CHALHOUB, 2010, p. 43.

<sup>148</sup> CHALHOUB, 2010, p. 48.

Hebe Mattos, *“Para ser escravo ou livre era preciso reconhecer-se e ser reconhecido como tal. Sem o consenso social requerido para vivenciar ambas as condições, os títulos e documentos faziam-se então necessários, bem como a arbitragem jurídica da Coroa.”*<sup>149</sup>.

É nesse contexto que começam a aparecer ações de escravidão que, conforme nos explica Keila Grinberg<sup>150</sup>, ao contrário das ações de liberdade, onde os supostos escravos iniciavam um processo judicial argumentando o seu direito à liberdade, e das ações de manutenção de liberdade onde um liberto ia a Justiça para garantir o seu status, devido a ameaça de reescravização, nas ações de escravidão era o senhor quem iniciava o processo, alegando que um indivíduo negro estava se passando indevidamente por livre. No entanto, a historiadora aponta que esses casos ocorriam sobretudo com senhores de poucas posses, pois devido a proibição do tráfico o preço dos cativos disparou, sendo a perda de um escravo muitas vezes algo irreparável. Além disso, esses fatores tornaram ainda mais difíceis as possibilidades de compra da alforria para os escravizados, aumentando a probabilidade de conflitos nas negociações, tanto judiciais quanto envolvendo crimes ou fugas<sup>151</sup>.

Outro personagem negro na narrativa é Antero, um homem escravizado de idade mais avançada cujo maior pecado é o vício na bebida, aparecendo como um contraponto a Túlio. Alguns pesquisadores<sup>152</sup> defendem que a personagem de Antero seria uma estratégia da autora para evitar críticas e julgamentos de seus leitores, criando uma personagem com defeitos que, ao contrário de Túlio e de Susana, vai contra uma possível interpretação de que todos os negros do romance são moralmente superiores aos brancos. No entanto, o vício de Antero não lhe retira suas qualidades e sua humanidade. No trecho em que ele aparece, podemos notar como ele é tocado por compaixão e empatia em relação a Túlio (*— Coitado! (...) sua pobre mãe acabou sob os tratos de meu senhor!... e ele, sabe Deus que sorte o*

<sup>149</sup> MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 180.

<sup>150</sup> GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. **Almanack Brasileiro**, n. 6, 2007, p. 6.

<sup>151</sup> GRINBERG, 2007, p. 10.

<sup>152</sup> ZIN, 2016, p. 58.



*aguarda! Pobre Túlio!...*<sup>153</sup>), procurando inclusive distraí-lo de seu sofrimento. Seu vício não o transforma em uma pessoa má e sem escrúpulos, apenas parece afetar o seu trabalho, tendo sido por causa da bebida e do fato de Antero ter adormecido, que Túlio conseguiu escapar do cativeiro de Fernando P.

Ao ser contestado por Túlio em relação ao seu vício, Antero, assim como Susana, traz a tona memórias de sua vida em África:

— Pois bem, (...) no meu tempo bebia muitas vezes, embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes? (...) na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe. Oh! lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira.<sup>154</sup>

Fica nítido aqui que em sua terra, a relação de Antero com a bebida era outra, no entanto, ter sido escravizado no Brasil, ter como senhor o comendador Fernando P., conhecido por sua brutalidade e crueldade, ter visto tudo o que viu, passado por tudo o que passou e ter sido forçado a realizar atos que não queria, tiveram uma grande cobrança em sua vida, sendo o álcool um método para poder escapar da realidade que vivia e se amortecer para o que viria a seguir. Não é possível culpá-lo ou julgá-lo por isso; no mais, isso apenas torna a personagem ainda mais humana, justamente por não ser perfeita, possuir seus defeitos e lutar contra os seus demônios, tudo isso sem perder a capacidade de sentir compaixão. Vale ressaltar, inclusive, como a autora pontua a África enquanto um espaço de trabalho independente, digno e de liberdade, o que também é possível perceber ao longo do relato de Susana, que veremos mais adiante. Suas personagens relatam aspectos da cultura de suas terras natais de forma natural, indo contra os estereótipos da época em relação ao continente africano e suas populações. Eles tomam sua cultura para si e se orgulham dela. Para escrever esses trechos, visto que Maria Firmina nunca pisou em África, a autora deve ter partido de relatos que ouviu durante a sua vida, tendo ela convivido com escravizados, inclusive africanos. A sensibilidade dela em escutar, assimilar e escolher relatar tudo o que ouviu de uma forma respeitosa, é algo notável. Esse aspecto de literatura de testemunho está fortemente presente em sua literatura; Maria Firmina escuta a voz dos silenciados e oprimidos e se usa de

---

<sup>153</sup> REIS, 2018, p. 187.

<sup>154</sup> REIS, 2018, p. 189.

sua literatura e de sua habilidade com a escrita para ecoar as suas vozes, o que por si só já é algo imenso e digno de nota. Como diz Telles,

A autora não pinta negros-brancos, isto é, que pensem, se pareçam e se comportem como seus senhores. Ela, por mais que pinte uma paisagem sem muitas cores, tenta retratar africanos em cativeiro: Susana não é “moreninha”, é preta, fuma cachimbo, usa saia de algodão grosseiro e não se esquece jamais de onde veio, é guardiã de sua cultura nativa.<sup>155</sup>

Como pontua Carvalho<sup>156</sup>, Túlio, Susana e Antero narram os seus próprios dramas, sendo esse o meio que Maria Firmina escolheu para denunciar os horrores da escravidão, trazendo para a narrativa as vozes dos escravizados e de seus opressores e oferecendo ao leitor o ponto e o contraponto do regime escravista. Para ela, o relato de Susana, que analisaremos nos próximos subtítulos, desconstrói todo um discurso que tentava tornar o escravo um ser a-histórico, com o intuito de impô-los à servidão com mais facilidade. A fala da personagem vai contra o argumento de que os africanos viviam em um estado de selvageria e de pecado, confrontando a percepção de que os cativos possuíam um caráter perverso e denunciando aqueles que roubaram as suas liberdades e as suas vidas com o intuito de explorarem seu trabalho<sup>157</sup>. A autora explica que “*é correto afirmar que o silêncio do escravo nas páginas literárias atendia aos propósitos escravagistas, visto que o fato de o cativo poder se exprimir confrontava o argumento escravagista de que o negro era inumano.*”<sup>158</sup>, dessa forma, os romances da época procuravam recriar uma atmosfera de alienação em relação aos escravizados.

A teoria literária, de acordo com Laila Correa e Silva, ao analisar a representação dos escravizados na literatura oitocentista brasileira, destacou o papel secundário dessas personagens nas narrativas, mostrando que, quando elas tinham algum destaque, suas descrições se baseavam em estereótipos como “*vítimas apáticas, degeneradas (...) personagens planas, sem complexidade ou identidade própria*”<sup>159</sup> insinuando o lugar social que se esperava que esses sujeitos ocupassem em uma sociedade escravista. Em relação ao corpo feminino negro, ele era comumente associado a traços físicos tidos como anormais, estigmatizando a

<sup>155</sup> TELLES, 2018, p. 48.

<sup>156</sup> CARVALHO, 2013, p. 105.

<sup>157</sup> CARVALHO, 2013, p. 103.

<sup>158</sup> CARVALHO, 2013, p. 61.

<sup>159</sup> SILVA, Laila T. Correa e. A “mulher livre” e a “mulher escravizada”: relações entre gênero, raça e classe em Til e A família Medeiros. **UFMA**, n. 17, 2018, p. 119.

mulher negra escravizada e criando uma tipologia literária “*bela mulata, crioula feia, escrava fiel, preta resignada, mucama sapeca e mestiça virtuosa*”.

Com esse romance, Maria Firmina inaugura na literatura brasileira a imagem do negro a partir da própria perspectiva dos escravizados. Para Nascimento<sup>160</sup>, as características dessas personagens destoam da que foi construída culturalmente a partir dos estereótipos moldados pela moralidade dos escravocratas, havendo na narrativa uma “*consagração humana dos negros e a prevalência da africanidade, em oposição à situação degradante oriunda da escravização*”, nesse sentido, são eles mesmos que formam através do diálogo uma perspectiva ideológica enquanto indivíduos de descendência africana, contra a política escravocrata. Isso tudo se pauta na estratégia da autora para não apenas denunciar os aspectos políticos e econômicos que sustentavam a escravidão, mas para estabelecer a africanidade do negro. Nas palavras do autor, a “*identidade cultural se expressa pela via da estética que caracteriza os negros a partir de sua própria individualidade e experiências, tornando-os personagens relevantes para a formação discursiva e moral do romance*.”. Suas personagens assumem uma perspectiva crítica frente a sua condição, demonstrando uma forte consciência ideológica por parte da autora. Nas palavras de Mott,

É preciso lembrar a posição corajosa de Maria Firmina ao denunciar a ilegitimidade e violência da escravidão, justamente no Maranhão, província que era considerada como sendo fortemente escravista. O fato de o vilão da história, aquele que persegue a irmã, mata o cunhado e o pretendente da sobrinha, ser o pior e mais cruel dos senhores, não quer dizer que a escravidão seja legítima para os escravos que possuem um bom senhor. Túlio e Susana, escravos de Luiza B., proprietária boa e compreensiva não aceitam sua condição de “miseros e cativos”. Maria Firmina situa-se ao lado daqueles autores que condenam a escravidão porque ela era contrária às leis de Deus, e que acreditavam que o negro, apesar dos anos vividos sob o cativeiro, não tinha perdido as suas qualidades naturais. Difere neste ponto de autores contemporâneos, como Macedo, que condenavam a escravidão, dentre outras razões, porque ela corrompia o escravo e conseqüentemente contaminava a família branca.<sup>161</sup>

<sup>160</sup> NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *A construção do negro no romance Úrsula*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: facetas de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 129.

<sup>161</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras: resgatando a nossa história**. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1989, p. 61.

Nos próximos subtítulos analisaremos como Maria Firmina escreveu suas personagens mulheres, tanto no romance *Úrsula* quanto no conto *A Escrava*, procurando perceber suas críticas e denúncias e contextualizando historicamente as questões que aparecem em ambas as obras.

### 3.2. SUBMISSÃO E RESISTÊNCIA: AS MULHERES BRANCAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Ana Carla Carneiro Rio<sup>162</sup> aponta, em sua dissertação de mestrado, que todas as mulheres do romance ocupam uma posição subalterna na narrativa, inclusive a protagonista. Segundo a pesquisadora, as personagens não se fazem submissas por vontade própria, mas a partir de uma imposição cultural, a qual Maria Firmina teria se utilizado para criar personagens metafóricas, com o objetivo de esclarecer as condições em que viviam as mulheres dos oitocentos. Partindo disso, Susana é a única personagem que tem um discurso resistente, apesar de sua posição de oprimida; para Rio, as demais personagens do romance reforçam a ideia de que as mulheres estão submissas aos seus pais, maridos, senhores e à sociedade, condição que é revelada a partir dos homens do romance. Segundo ela,

As formações discursivas da narrativa constituem a mulher como subalterna, porém ocorre uma inversão dos papéis femininos no que diz respeito à formação social das mulheres daquele período, visto que o patriarcalismo ainda era muito forte na cultura e costumes. A mulher, mesmo submissa ocupa a posição de transgressão e, através das personagens femininas, percebemos que, de certo modo, a mulher se opõe contra o patriarcalismo, seja quando se nega a indicação de um esposo, seja quando decide amar quem o coração escolhe, ou ainda quando lembra como era no seu país com esposo e família.<sup>163</sup>

Rio<sup>164</sup> pontua que, no caso da mãe de Tancredo, cujo nome desconhecemos, seu silêncio (e até mesmo anonimato) se deve à sua submissão ao seu esposo e a própria sociedade em que vivia, onde as mulheres não raro eram forçadas a seguir com um matrimônio sem afeto, onde eram tiranizadas por seus maridos e não

---

<sup>162</sup> RIO, Ana Carla Carneiro. **Autoria, Devir e Interdição:** os “entre-lugares” do sujeito no romance *úrsula*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2015, p. 92.

<sup>163</sup> RIO, 2015, p. 95.

<sup>164</sup> RIO, 2015, p. 93.

possuíam escapatória, sendo sua submissão muitas vezes um ato de sobrevivência, visto a violência que poderiam sofrer caso ousassem desafiar seus esposos. Como explica a autora, esse espaço que a mãe de Tancredo ocupa nada mais é do que um reflexo da sociedade da época; ela é a mãe, a esposa e a senhora do lar, no entanto, fica explícito que essa posição ocupada por ela não parte de uma escolha própria, mas de uma imposição social. Sobre a relação entre sua mãe e seu pai, Tancredo relata que:

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o *mais despótico poder*: meu pai era o *tirano de sua mulher*, e ela, triste vítima, chorava em silêncio, e *resignava-se* com sublime brandura.

Meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso – minha mãe era uma santa e humilde mulher.

Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvoroçava-se nessas ocasiões, apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe.

É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos, que a minavam, tocavam o fundo da minha alma.

(...)

O desprazer de ver preferida a si a mulher que odiava, fez com que meu implacável pai me apartasse dela seis longos anos, não me permitindo uma só visita ao ninho paterno; e minha mãe finava-se de saudades; mas sofria a minha ausência, porque *era a vontade de seu esposo*.<sup>165</sup>

A personagem é completamente submissa em sua relação com seu esposo, resignando-se de seu destino em um casamento cruel e sem amor. Essa submissão também era algo esperado das mulheres no período, revidar e resistir não eram atitudes bem vistas quando partiam de uma mulher, mas vale ressaltar que muitas vezes essas mulheres não tinham escolha. Vivendo em uma sociedade patriarcal, em uma relação de poder com seus maridos que tinham liberdade para fazerem o que quisessem, inclusive com elas, visto que dependendo da posição social do sujeito ele estaria imune a uma punição significativa por parte da justiça (como esteve Fernando ao assassinar Paulo B.), muitas vezes a escolha mais sensata era a submissão o que, de forma alguma, significa que outras formas de resistência mais sutis não se fizessem presentes em seu cotidiano. Um exemplo de resistência da personagem é que, quando a felicidade de seu filho esteve em jogo, ela resistiu, como podemos perceber na citação abaixo:

---

<sup>165</sup> REIS, 2018, p. 71 [grifos nossos].

— Oh! Senhor, pelo amor do céu! É só para me roubardes a última ventura de um coração já morto pelos desgostos, que me negais o primeiro favor, que vos hei pedido! Que vos hei feito para merecer tanta dureza da vossa parte? Que vos há feito meu filho para vos opordes a sua felicidade?! Oh! Quanto sois implacável em odiar-me... Sim, a lealdade e o amor de uma esposa, que sempre vos acatou, merece-vos tão prolongado, desabrido e maligno tratamento?!

Perdoai-me... mas tanto tenho sofrido; tantas lágrimas me têm sulcado o rosto desfeito pelos pesares; tanta dor me tem amargurado a alma, que estas palavras, nascidas do íntimo do peito, pungentes, como toda a minha existência, não vos podem ofender. Arranca-as, senhor, dos abismos da minha alma a agonia lenta, que nela tem gerado o desprezo e o desamor com que me tendes tratado!<sup>166</sup>

Um artifício de Maria Firmina para demonstrar o sofrimento de suas personagens femininas se pauta na aparência física. Em mais de uma ocasião ela se utiliza disso para exemplificar as dores das mulheres do romance, sobretudo as de mais idade. No caso da mãe de Tancredo, ela não apenas se utiliza desse artifício como faz questão de compará-la com o seu esposo que, como Tancredo bem explica na passagem abaixo, não sofreu muitas alterações do tempo, enquanto que sua mãe, devido a todo o sofrimento que teve de carregar, tornou-se a sombra daquela que outrora foi.

Com mágoa comparei então o semblante pálido e emagrecido dessa mulher de alma tão heroica e santa, com o seu retrato, pendente de uma das paredes do salão, e gelei de pasmo e de angústia.

(...)

E agora, demudada, macilenta e abatida pelos sofrimentos de tantos anos, era a duvidosa sombra da formosa donzela de outros tempos.

(...)

Minha pobre mãe!

E ao lado desse retrato estava outro – era o de meu pai. Sessenta anos de existência não lhe haviam alterado as feições secas e austeras, só o tempo começava a alvejar-lhe os cabelos, outrora negros como a noite.<sup>167</sup>

Em relação a Luísa B., mãe de Úrsula, Tancredo relata o seguinte:

(...) ao aproximar-se do leito de Luísa B... uma comoção de pesar lhe feriu a alma. É que nesse esqueleto vivo, que a custo meneava os braços, o mancebo não podia descobrir sem grande custo os *restos de uma penosa existência*, que se finava lenta e dolorosamente.

Estremeceu de compaixão ao vê-la; porque *em seu rosto estavam estampados os sofrimentos profundos, pungentes e inexprimíveis da sua alma*. E os lábios lívidos e trêmulos, e a fronte pálida, e descarnada, e os olhos negros, e alquebrados diziam bem quanta dor, quanto sofrimento lhe retalhava o peito.

Luísa B... fora bela na sua mocidade, e ainda no fundo da sua enfermidade podia descobrir-se leves traços de uma passada formosura.<sup>168</sup>

<sup>166</sup> REIS, 2018, p. 76.

<sup>167</sup> REIS, 2018, p. 86.

<sup>168</sup> REIS, 2018, p. 99 [grifos nossos].

No caso da mãe de nossa protagonista, Luísa B., o que se nota é a sua fragilidade e lugar enquanto oprimida, estando ela sempre em uma posição subalterna, tanto em relação ao seu irmão, Fernando P., quanto ao seu marido, Paulo B. Rio aponta que a construção da personagem está baseada “*nas marcas do poder patriarcalista*”<sup>169</sup>, sendo ela construída em torno dessa subordinação. Luísa, na análise de Rio<sup>170</sup>, se reporta ao cuidado divino, sendo esta uma marca discursiva que demonstra a submissão feminina e um dos parâmetros mais invocados no romance, demonstrando as frustrações de uma mulher impotente que não tinha a quem recorrer.

Luísa e Fernando quando crianças tinham uma relação muito próxima, tendo ele sido um terno e carinhoso irmão para ela, no entanto, quando Luísa ousou querer se casar com um homem de sua escolha – indo contra os desejos e ordens de seu irmão –, o qual era pertencente a uma classe mais baixa e visto como indigno de Luísa por Fernando, esse amor fraterno ruiu, como relata Luísa: “*Amou-me, amou-me muito; mas quando tive a infelicidade de incorrer no seu desagrado, todo esse amor tornou-se em ódio, implacável, terrível, e vingativo. Meu irmão jamais me poderá perdoar.*”<sup>171</sup>. Quando se casou, no entanto

Paulo B... não soube compreender a grandeza de meu amor, cumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. Não tivera eu uma filha, que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa! Mas ele me perdoará do fundo do seu sepulcro; porque sua filha mais tarde foi o objeto de toda a sua ternura, e a dor de fracamente poder reabilitar sua casa em favor dela lhe consumia, e ocupava o tempo. E ele teria sido bom; sua regeneração tornar-se-ia completa, se o ferro do assassino lhe não tivesse cortado em meio à existência.

A resistência de Luísa e sua recusa em se casar com alguém que não amava foram motivações suficientes para que Fernando lhe proporcionasse todos os desgostos de sua vida. Seu irmão mata seu marido logo após o nascimento de Úrsula, quando Paulo começava a mudar e aparentava querer ser uma pessoa melhor para sua filha. Além disso, devido às dívidas de Paulo, Fernando consegue comprar de sua irmã a mãe de Túlio, sua “*escrava predileta*”. Túlio explica que

---

<sup>169</sup> RIO, 2015, p. 93.

<sup>170</sup> RIO, 2015, p. 95.

<sup>171</sup> REIS, 2018, p. 103.

— Minha mãe (...) era a escrava predileta de minha senhora: essa predileção chamou sobre ela parte do ódio que Fernando P... votava à sua irmã.

Deveis saber que esse homem amaldiçoado comprou as numerosas dívidas, que meu senhor legou à órfã, e à sua viúva, com o intuito tão somente de reduzi-la ao último extremo de miséria, como a reduziu; porque seus diversos credores ter-se-iam comovido, e talvez lhe facultassem os meios de os ir pagando sem grande detrimento de sua fortuna, aliás tão arruinada.

(...)

— Pois bem, (...) minha desgraçada mãe fez parte *daquilo* que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das *coisas* que mais o interessava. Quando ela se viu obrigada a deixar-me, recomendou-me entre soluços aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora, e que é a única escrava que lhe resta hoje!

Minha mãe previa a sorte, que a aguardava; abraçou-me sufocada em pranto, e saiu correndo como uma louca.

Ah! quão grande era a dor que a consumia! Porque era escrava, submeteu-se à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada.

(...)

Ah! Senhor! Que triste coisa é a escravidão!

Quando minuciosamente me narraram (...) todos os tormentos da sua vida, e os últimos tratos, que a levaram à sepultura, sem nunca mais tornar a ver seu filho, sem dizer-lhe um último adeus! gemi de ódio, e confesso-vos que por longo tempo nutri o mais hediondo desejo de vingança. Oh! eu queria sufocá-lo entre meus braços, queria vê-lo aniquilado a meus pés, queria... Susana, essa boa mãe, arrancou-me do coração tão funesto desejo.<sup>172</sup>

Deixada viúva e na miséria por seu irmão, na qual ela permanece por muitos anos, provendo apenas o básico para sua filha e vivendo isolada da sociedade, sabendo da sina da mãe de Túlio e de sua impotência para fazer algo a respeito, Luísa definha aos poucos, sendo Úrsula o seu único motivo para viver, pois *“Sou mãe, senhor! Vede minha pobre filha! é um anjo de doçura e de bondade, abandoná-la, deixá-la só sobre este mundo, que ela mal conhece, é a maior dor de quantas dores hei provado na vida. Sim, é a maior dor (...) porque então perderá o único apoio que ainda lhe resta!”*<sup>173</sup>. Fica nítido aqui o medo de Luísa sobre deixar Úrsula sozinha e desamparada, o qual é muito bem fundamentado. A personagem sabe as desgraças que poderiam cair sobre uma moça jovem e solteira sem qualquer apoio no mundo. Quando Tancredo lhe pede a mão de Úrsula em casamento, Luísa fica aliviada, pois assim ela poderá partir tranquila sabendo que sua filha teria alguém para protegê-la. Entretanto, a narrativa toma outro rumo; Luísa

<sup>172</sup> REIS, 2018, p. 157.

<sup>173</sup> REIS, 2018, p. 102.



falece enquanto Tancredo e Túlio viajam para resolver assuntos pendentes, transtornada devido a uma visita de seu irmão que lhe conta seus planos para desposar Úrsula, o que a deixa profundamente horrorizada a ponto de levá-la a derradeira morte. O medo de Úrsula e seu entendimento de sua situação ficam nítidos no seguinte trecho, onde ela afirma compreender *“toda a extensão do perigo iminente, que estava sobre sua cabeça. Sua mãe pouco poderia viver, Tancredo estava ausente. O comendador ia triunfar, já não havia dúvida.”*<sup>174</sup>.

Medo nada infundado, visto que Fernando ao conhecê-la ameaçou chamar seus escravos, que com ordens suas a levariam aos berros até sua casa, onde ela seria dele, ou em outras palavras, ela seria estuprada, havendo uma dupla ameaça em sua sentença, visto que além do estupro ele não pretendia tomá-la como esposa, estando Úrsula portanto arruinada perante a sociedade da época<sup>175</sup>. Como se isso não bastasse, o comendador ainda promete que *“Mulher altiva, hás de pertencer-me, ou então o inferno, a desesperação, a morte serão o resultado da intensa paixão que ateaste em meu peito.”*<sup>176</sup>, o que ele cumpre, pois mata Luísa indiretamente, tendo ele já admitido sua responsabilidade pelo assassinato de seu pai, a perseguindo sem descanso e fazendo pairar sobre ela um desespero e medo paralisante, matando Túlio e Susana somente por eles estarem no caminho de sua vingança e assassinando Tancredo poucos minutos após seu casamento, o qual falece nos braços de Úrsula. Tudo isso acaba levando a donzela à loucura e à morte, o que acaba gerando um profundo remorso em Fernando que, enlouquecido de pesar, passa o resto de seus dias em um mosteiro orando por sua sobrinha.

Fernando representa, segundo Rio<sup>177</sup>, o vilão do romance, sendo ele *“a figura despótica, perseguidora, senhor cruel de escravos e que tem grande poder econômico”*, mostrando *“a autoridade como reflexo de violência, imoralidade e imperfeição”*, representando uma voz coletiva do poder patriarcal. A autora explica que a narradora coloca Fernando como aquele que não denota confiança e que, mesmo possuindo poder econômico, é desvirtuado, pois sua personagem é preconceituosa, ciumenta, invejosa e não hesita em cometer assassinatos. Nesse

---

<sup>174</sup> REIS, 2018, p. 138.

<sup>175</sup> REIS, 2018, p. 127.

<sup>176</sup> REIS, 2018, p. 130.

<sup>177</sup> RIO, 2015, p. 96.

sentido, o “*dinheiro não restituía sua nobreza, todos os bens materiais e posses eram colocados em menor evidência em decorrência de sua moral*”. A narradora descreve Fernando da seguinte forma:

Fernando, homem estúpido e orgulhoso, não sabendo sequer exprimir seus próprios pensamentos, e não querendo confiar a alguém, que ele julgava inferior a si pela posição, e pelo nascimento – única tábua de salvação, a que se pegava em seu naufragar contínuo de completa ignorância (...) O comendador estava afeito a mandar, e por isso julgava que todos eram seus súditos ou seus escravos.<sup>178</sup>

Para a pesquisadora<sup>179</sup>, ele é o representante legítimo do poder patriarcal presente na sociedade maranhense do século XIX. É através dele que podemos perceber os movimentos entre dominador e dominado, explorador e explorado, sendo sua voz uma das vozes do romance que representam o homem branco, detentor do poder e que não possui compaixão e empatia. Representando algo que já estava institucionalizado na sociedade da época, seus crimes são símbolos de toda a crueldade e dominação em relação aos escravos e às mulheres. Machado explica que o romance traz a hipótese de que a “*ausência de freios às paixões humanas próprias a uma sociedade que repousa sobre a opressão da escravidão e a subserviência das mulheres promove a distorção do caráter masculino*”<sup>180</sup>, nesse sentido, eles se tornam monstros sociais por não encontrarem limites para os seus desejos, destruindo a si próprios e aqueles ao seu entorno. Ainda segundo Rio

A autora deixa claro o lugar que confere ao sujeito masculino na narrativa sobre o patriarcalismo representado pela figura de Fernando P.. As personagens Paulo B... (esposo de Luísa B... e pai de Úrsula) e o pai de Tancredo, o herói romântico, representam o domínio do homem sobre a figura feminina, ou seja, de um marido tirano sobre sua esposa. De outro modo, Fernando P... ocupa a posição-sujeito de explorador violento que abusa do poder que tem para impor aos seus subordinados obediência extrema, sejam eles escravos, mulheres ou pobres. “O entre-lugar” do discurso da narradora ganha o tom de denúncia, propondo ao leitor a ideia de que a escravidão é odiosa.<sup>181</sup>

Úrsula se enquadra nos padrões do romantismo, sendo ela a donzela frágil que vira motivo de disputa entre o mocinho e o vilão da narrativa. Apesar disso, sua coragem de ir contra as imposições sociais destoa no romance, como aponta Rio<sup>182</sup>. Além de escolher seu esposo e casar por amor, Úrsula é contrária a escravidão e vai

---

<sup>178</sup> REIS, 2018, p. 164.

<sup>179</sup> RIO, 2015, p. 99.

<sup>180</sup> MACHADO, 2019, p. 99.

<sup>181</sup> RIO, 2015, p. 98.

<sup>182</sup> RIO, 2015, p. 95.

contra os mandos patriarcais. A pesquisadora explica que a posição-sujeito da protagonista está pautada na resistência e na contestação sobre o que lhe é imposto, lutando por sua liberdade e possuindo um lugar de fala transgressor, a despeito de sua construção romântica. Nesse sentido, as formações discursivas presentes no romance colocam a mulher como subalterna, no entanto, ocorre uma inversão dos papéis femininos, pois mesmo submissas, elas ocupam posições de transgressão e é através delas que podemos perceber a sutileza de suas oposições ao patriarcalismo. Uma passagem que chama a atenção no romance é a seguinte, onde a autora coloca o homem como o motivo de todos os problemas de Úrsula, mesmo quando ele lhe traz amor, pois antes de conhecer Tancredo ela possuía uma vida relativamente feliz e sem muito o que lhe abalasse para além da condição de sua mãe.

Na sua solidão o homem tinha ido perturbar-lhe a virginal pureza do coração para dar-lhe uma nova existência – o amor; e depois, ainda o homem, invejoso dessa momentânea e fugaz felicidade, veio roubar-lhe a tranquilidade do espírito, e envenenar-lhe a suave esperança de uma vida risonha e venturosa, espremendo-lhe no coração a primeira gota de fel do cálice que ela devia libar até às fezes.<sup>183</sup>

Uma personagem feminina que destoa no romance é Adelaide, primeiro amor de Tancredo, que é vilanizada por ele. Tancredo se apaixona por ela desejando tê-la como esposa, no entanto, a relação não é bem vista por seu pai, que tenta proibi-la. Contudo, ele cede com a condição de que Tancredo obedecesse a seu desejo de trabalhar em outro local por um ano; apesar de ficar triste por ter que se separar de sua mãe e de sua amada, Tancredo acaba cedendo, porém, nesse meio tempo, sua mãe vem a falecer e, ao retornar para casa, o jovem descobre que seu pai desposou sua noiva. Para ele, Adelaide é uma mulher infame, perjura, um monstro, um demônio. A posição da personagem, como explica Rio<sup>184</sup>, é de uma mulher cuja moral não é bem vista pela sociedade local, havendo uma inversão de papéis no romance, entre dominador e dominado, sendo Adelaide a dominadora, aquela que expulsa Tancredo de casa e cria desarmonia entre pai e filho, tomando para si o marido de sua tia e sendo odiada pelo mancebo por transgredir os valores que uma mulher deveria ter. Curioso notar que para Tancredo a vilã é Adelaide, nem lhe

---

<sup>183</sup> REIS, 2018, p. 131.

<sup>184</sup> RIO, 2015, p. 94.

passando pela cabeça a possibilidade de seu pai ter tomado a iniciativa para desposá-la. O pai de Tancredo, ao impor a condição de que ele esperasse um ano, a justifica se baseando na juventude de Adelaide e apontando o ideal de mulher presente na época, já explanado no primeiro capítulo deste trabalho:

A esposa, que tomamos, é a companheira eterna dos nossos dias. Com ela repartimos as nossas dores, ou os prazeres que nos afagam a vida. Se é ela virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela que lhes dá a primeira educação, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. Mas, se pelo contrário, sua educação abandonada torna-a uma mulher sem alma, inconsequente, leviana, estúpida, ou impertinente, então do paraíso das nossas sonhadas venturas despenhamo-nos num abismo de eterno desgosto. O sorriso foge-nos dos lábios, a alegria do coração, o sono das noites, e a amargura nos entra na alma e nos tortura. Amaldiçoamos sem cessar essa mulher que adorávamos prostrados; porque e nos figura agora o anjo perseguidor dos nossos dias.<sup>185</sup>

Uma questão que chama a atenção em relação ao noivado de Tancredo e Adelaide e de Luísa e Paulo B., é a questão de classe. Em ambos os casos o noivado foi rejeitado por um dos pares ser inferior ao outro. No caso de Luísa, ela seguiu com o matrimônio mesmo sem o consentimento de seu irmão, sendo o sustento de ambos as posses de Luísa, as quais Paulo gasta com seus vícios e erros, levando Luísa e sua filha à pobreza. Já Tancredo não conseguiu desposar sua amada, sendo um dos impedimentos sua posição inferior, no entanto, de alguma forma Adelaide consegue casar com o pai de seu noivo, ascendendo socialmente enquanto uma órfã miserável, para um senhora de posses. O conflito de classes, no entanto, fica nítido; é ele que evita que casais que se amam fiquem juntos. Úrsula e Luísa, ao descobrirem o sobrenome de Tancredo, ficam em choque pois sua posição econômica e de nascimento é superior a da jovem. No caso de Fernando, este se recusa a ouvir pessoas inferiores a ele, tratando-as com fereza, como se as possuísse. A classe, o gênero e a raça dos sujeitos do romance irão ditar a forma com que eles são vistos e tratados pela sociedade. Também são eles que irão ditar quem é punido e quem é impune, visto que houve um completo descaso em relação à morte de Paulo B., devido a classe e poder econômico e social de Fernando na região.

No próximo tópico seguiremos com a discussão acerca das mulheres do romance, sobretudo Susana, adentrando na análise do conto *A escrava* e discutindo

---

<sup>185</sup> REIS, 2018, p. 82.

a maternidade e as opressões que as mulheres negras escravizadas sofriam e como Maria Firmina as retratou em suas obras.

### 3.3. CATIVEIRO, LIBERDADE E MATERNIDADE: AS MULHERES ESCRAVIZADAS EM ÚRSULA E A ESCRAVA

Voltando para a passagem contendo o desabafo de Túlio (p. 64), citada anteriormente, é importante frisar que ela é especialmente tocante por falar do sofrimento que as mulheres escravizadas eram obrigadas a passar, vivendo sob o constante temor de que seus filhos fossem separados delas, pois não havia nenhuma espécie de legislação que evitasse que isso acontecesse, sendo apenas proibida a separação de um casal de escravos unidos por matrimônio na Igreja. Como bem pontua Florentino e Góes<sup>186</sup>, a sociedade escravista não enxergava como um crime a separação de famílias. Mattos reitera que *“a separação dos filhos, a perda da situação de mucama ou o abandono do sonho da alforria por bons serviços prestados, aliado ao temor da venda no sertão, podiam tornar-se formas de violência mais cruéis e eficientes para moldar o comportamento do cativo do que o tronco e o bacalhau.”*<sup>187</sup>.

Nas obras firminianas, essa separação de mães e filhos e o impacto psicológico que isso acarreta são frequentes. No romance *Úrsula* temos vários exemplos disso. A mãe de Tancredo é afastada de seu filho com grande sofrimento, quando este é obrigado por seu pai a ir estudar em São Paulo, se reencontrando com ele apenas anos depois. No entanto, essa separação é muito diferente da que as personagens escravizadas enfrentavam, como podemos perceber pelo relato de Túlio. Essa diferença demarca muito bem como as opressões de gênero eram profundamente marcadas pela raça e pela classe, visto que uma mulher branca não passava pela mesma situação em relação a sua família que uma mulher negra escravizada. Susana é outro forte exemplo disso, seu relato é um dos mais potentes do romance e, quiçá, de todo o repertório de Maria Firmina.

---

<sup>186</sup> FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 17.

<sup>187</sup> MATTOS, 2013, p. 123.

— Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! liberdade... ali eu gozei na minha mocidade! (...) Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: — uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo, tudo, até a própria liberdade!<sup>188</sup>

No relato de Susana, para além da representação da liberdade em África e da quebra do paradigma de que os africanos seriam todos bárbaros, podemos perceber a estratégia da autora de pontuar a monstruosidade da escravidão e a tentativa de angariar a empatia e a compaixão do leitor branco. Susana é capturada por bárbaros que a obrigam a deixar tudo o que ela mais ama e preza no mundo, o que acarreta em um perpétuo estado de luto e de sofrimento, que apenas a morte pode amenizar. Ao ser indagada por Túlio sobre a necessidade de suas recordações, Susana responde que elas *“Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morreria, pois vivem comigo todas as horas.”*<sup>189</sup>. Esse relato partindo da própria voz da personagem é extremamente potente. Ele proporciona a criação de um vínculo emocional, abrindo espaço para que o leitor sinta a dor de Susana, para que sinta o choque em relação a monstruosidade de tudo o que ela passou, que questione essas ações, plantando a semente da dúvida: seria a escravidão algo justo e necessário? Mendes<sup>190</sup> defende que é através de Susana que a autora procura alertar os leitores despreocupados do século XIX sobre o quão brutal e desumana era a escravização.

Mas seu relato não para por aqui. Se a separação forçada de sua família e o seu relato sobre sua terra natal não é o suficiente, também temos a descrição de Susana sobre a sua captura, a crueldade de seus captores, a desumanização de seus companheiros de infortúnio e a penosa travessia do Atlântico e todos os

---

<sup>188</sup> REIS, 2018, p. 114.

<sup>189</sup> REIS, 2018, p. 115.

<sup>190</sup> MENDES, 2009, p. 104.

horrores que a acompanharam, além daqueles que estariam por vir em solo brasileiro.

Vou contar-te o meu cativo.

(...)

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdades: os bárbaros sorriam-se as minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! meu Deus! o que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!...

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência e levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozejar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que esquentou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes queridos, da liberdade, foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam.

O comendador P... foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu. Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, porque passaram, doeram-me até o fundo do coração. O comendador P... derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se davam a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça.<sup>191</sup>

Essa passagem é particularmente importante, visto que até então não se falava sobre o tráfico negreiro e tudo o que o envolvia. Trazer esse assunto no romance, abordá-lo da forma como ela o abordou, é algo notável e de uma extensa coragem, pois vai contra todo o viés hegemônico da época, além de ser uma atitude

---

<sup>191</sup> REIS, 2018, p. 115.

mal vista quando partindo de uma mulher, que dirá de uma mulher negra, nordestina e professora. Rio explica que

(...) mesmo em condição subalterna, e com parte dos dizeres interditados, os sujeitos constituídos a partir das personagens negras têm seus discursos imperiosos, ou seja, a eles é dada maior relevância nos enunciados, pois, diferentes das outras representações do romance, eles contam suas frustrações, vivências e condições. Essa técnica de dar voz aos marginalizados constitui-se como uma estratégia discursiva capaz de mobilizar e/ou questionar práticas abolicionistas.<sup>192</sup>

Para Correia<sup>193</sup>, a caracterização física de Susana Ihe dá um tom de amargura, dor e sofrimento. Essa escolha de Maria Firmina em relação a sua aparência física e descrição escapam do estereótipo que já vinha se construindo no período, em relação a sexualização das mulheres africanas. Mesmo quando narra o passado de Susana ainda jovem em sua terra natal no continente africano, Firmina não a sexualiza em momento algum, pelo contrário, valoriza a felicidade e a liberdade presentes em seu passado, o amor que ela sente por sua família e o sofrimento que seu sequestro e posterior escravização Ihe acarretaram.

Mendes pontua que Susana tinha consciência de sua opressão, vendo na morte o único meio para alcançar sua liberdade. Nesse sentido, quando é capturada por Fernando, Susana não teme, pois é inocente e a morte não a assusta. Quando ela se recusa a contar ao comendador o paradeiro de Úrsula, ela não o faz por lealdade pura e simplesmente; ela o faz pois possui o seu próprio código ético e ajudar um homem como Fernando, que causou tanta dor para ela e para seus companheiros de cativeiro, nem sequer Ihe passa pela cabeça. Para a pesquisadora, Susana “*verte lágrimas como “tributo de saudade” ao que Ihe foi caso e à liberdade*”<sup>194</sup>, não sendo ela como as demais mulheres brancas do romance, que derramavam lágrimas de impotência frente às situações de suas vidas.

Vânia Vasconcelos<sup>195</sup> salienta que, no caso das mulheres africanas ou afrodescendentes no século XIX, tanto dentro quanto fora da escravidão, não lhes era reservado nenhum aspecto de respeito ou dignidade. Elas eram submetidas a

---

<sup>192</sup> RIO, 2015, p. 106.

<sup>193</sup> CORREIA, 2013, p. 12.

<sup>194</sup> MENDES, 2009, p. 112.

<sup>195</sup> VASCONCELOS, Vânia. *Em busca do ninho perdido: o tema da maternidade roubada em Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 116.



diversas formas de tortura, física, moral e psicológica. Viviam com a possibilidade de terem seus filhos afastados de si, vendidos para aumentar os lucros dos escravocratas, sendo até utilizadas e vistas enquanto fêmeas reprodutoras, não raro forçadas a amamentar e criar os filhos de seus senhores, enquanto sua própria prole era tirada de seu seio de forma violenta, além de serem vítimas de abuso sexual, uma violência fortemente pautada no cruzamento entre o sexismo e o racismo. Maria Firmina percebeu essas questões e as relatou em suas obras; além de *Úrsula*, outra obra que denuncia essas questões é o conto *A escrava*, publicado originalmente em novembro de 1887, no terceiro número do periódico *A revista maranhense*<sup>196</sup>, no qual Maria Firmina colaborou tanto no terceiro, como no segundo número.

Nele, acompanhamos o relato de uma senhora abolicionista narrando eventos que presenciou no passado, envolvendo uma mulher escravizada e seus filhos. Essa mulher, chamada Joana, aparece de supetão em sua vida ao fugir de seu senhor, sendo o motivo de sua fuga o fato de ele ter vendido seus dois filhos gêmeos para o sudeste, o que acabou levando-a à loucura. A senhora encontra com ela e com seu filho mais velho, que vai desesperado procurar por sua mãe, mesmo sabendo os castigos que receberia por esse ato. A partir do relato deles, ficamos conhecendo mais sobre a vida de Joana e um aspecto sombrio da escravidão: a separação de mães e filhos e a crueldade física e psicológica que os escravizados enfrentavam.

Danielle Silva<sup>197</sup> afirma que Maria Firmina em suas obras nos oferece um retrato da violência e da interrupção da maternidade negra durante a escravidão, abordando temas como o amor, o abandono, a violência e a separação que, marcados pelo regime escravista, delineavam diferenças gritantes entre a experiência das mulheres negras escravizadas em comparação com a de mulheres de outras classes e etnias, sobretudo brancas e livres. Para a autora, a partir das obras de Maria Firmina, teve-se pela primeira vez na literatura brasileira o relato dessas diferenças por uma autora afrodescendente, chamando atenção não apenas

---

<sup>196</sup> PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. *A escrava, de Maria Firmina dos Reis*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLETINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 103.

<sup>197</sup> SILVA, Danielle de Luna e. *Maternidade e afrodescendência em Úrsula e A Escrava, de Maria Firmina dos Reis*. João Pessoa: **Cadernos Imbondeiro**, v. 2, n. 1, 2012, p. 7.

para os aspectos raciais da escravização, mas para as questões de gênero envolvidas.

Importante ressaltar que em relação ao tráfico interprovincial, um dos temas norteadores do conto, Slenes<sup>198</sup> aponta que ele despejou no sudeste a partir da década de 1850 cerca de 200 mil escravos, tendo o seu auge ocorrido entre 1873 e 1881. Chalhoub<sup>199</sup> explica que essa transferência maciça, sobretudo na década de 1870, acirrou as tensões sociais no sudeste, visto que os negros que chegavam eram sobretudo jovens nascidos no Brasil, os quais estavam passando por uma *“primeira experiência traumática dentro da escravidão”*, sendo separados de suas famílias, amigos e comunidades de origem, forçados a se adaptar com tipos e ritmos de trabalho que muitas vezes lhes eram desconhecidos, além de causar grande insegurança entre as comunidades cativas do norte, visto que eles estavam mais sujeitos a serem vendidos e afastados de seus meios, o que afetava inclusive as comunidades de livres e libertos, sobretudo as crianças, devido ao sequestro e escravização<sup>200</sup>. Segundo Slenes, a maioria dos cativos nesse contexto não eram provenientes de áreas de *plantation* do nordeste, mas de áreas urbanas ou de regiões cujas atividades agrícolas não eram voltadas para a exportação. Chalhoub pontua que a liberdade nesse contexto muitas vezes poderia significar o fim de uma vida pautada pelo medo da compra e da venda, pois *“As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativo.”*<sup>201</sup>.

Yuri Michael Pereira Costa<sup>202</sup> afirma que, do ponto de vista econômico, o Maranhão no século XIX é visto na historiografia como um contexto que foi marcado pelo desmantelamento do sistema agroexportador e por uma incessante e fracassada tentativa de reerguer a economia ao longo do oitocentos. Devido a isso e também ao crescimento econômico do sudeste, o Maranhão começou a exportar escravos, sendo o primeiro registro dessa exportação de 1846. A maioria desses

---

<sup>198</sup> SLENES, Robert. **The demography and economics of Brazilian slavery**. Tese de Ph.D., Stanford University, 1976, p. 138.

<sup>199</sup> CHALHOUB, 2011, p. 69.

<sup>200</sup> CHALHOUB, 2010, p. 56.

<sup>201</sup> CHALHOUB, 2011, p. 306.

<sup>202</sup> COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 20, jul-dez 2018, p. 247.

escravos destinados ao tráfico regional seguiram para o Rio de Janeiro, pela província ter sido pioneira na produção cafeeira. Com o crescimento econômico da província de São Paulo, a partir da década de 1860, ela passou a disputar os escravos maranhenses traficados para o sudeste com o Rio de Janeiro. É somente a partir da década de 1880 que há uma diminuição no tráfico regional, que é proibido formalmente apenas em 1885. Nesse meio tempo, ele se tornou uma prática recorrente entre os senhores de escravos brasileiros.

É nesse contexto que o conto se passa. A narradora, uma mulher “*membro da sociedade abolicionista da nossa província*”<sup>203</sup>, ao viajar para o interior do Maranhão, em um de seus passeios se depara com uma escrava fugindo em completo desalinho. Chocada com a aparição, a senhora se comove com a mulher, sobretudo quando vê seu feitor a perseguindo, um homem de “*Fisionomia sinistra (...) que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.*”<sup>204</sup>. Notando que aquele homem de “*aspecto feroz era o algoz daquela pobre vítima*”, a senhora cria um ardil, apontando o homem na direção contrária ao que a escrava havia seguido.

Logo em seguida aparece outro personagem, um escravo fugido que causa um “*terror imenso*” na narradora mas que, apesar do medo que lhe havia causado a presença de um “*calhambola*”, acaba despertando-lhe compaixão. O homem era Gabriel, o filho mais velho de Joana, a escrava que a senhora havia visto fugindo. Sobre Gabriel, a mulher relata que

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante.<sup>205</sup>

Gabriel, ao ver a senhora, lhe pede se ela havia visto sua mãe, que fugia de seu feitor. Desesperado, ele conta que agora também é um fugido, pois abandonou seu serviço para ir atrás de sua mãe, “*que além de doida está quase a morrer*”<sup>206</sup>, preocupado sobre o que será dela se o feitor a alcançar. Ele conta que Joana

---

<sup>203</sup> REIS, 2019, p. 171.

<sup>204</sup> REIS, 2019, p. 166.

<sup>205</sup> REIS, 2019, p. 167.

<sup>206</sup> REIS, 2019, p. 168.

passou mal durante o serviço, caindo desfalecida no chão e que o feitor quis lhe impor que voltasse ao trabalho sob o açoite, ao que ela saiu correndo em disparada com o feitor em seu encalço, indo ele atrás de ambos, mesmo sabendo que receberia trezentos açoites como punição. Nisso, a mulher lhe conta que enganou o feitor e aponta para o local onde Joana estava caída desmaiada. O amor filial que Gabriel dedicava a sua mãe tocou o coração da mulher, que decidiu levar ambos até sua casa para que Joana recebesse a ajuda que necessitava. Ao fazer isso, ela entendia o perigo e as consequências de seu ato,

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes.

Sim, a vindita da lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco.

Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não.

Tomei com coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever.<sup>207</sup>

Já na casa da senhora, Gabriel lhe conta que sua mãe enlouqueceu pois seu senhor vendeu seus filhos gêmeos, Carlos e Urbano, de apenas oito anos de idade, para o Rio de Janeiro, arrancando-os de seus braços. Joana relata o seguinte:

— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano...

Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. *Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos...* meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo!...<sup>208</sup>

Para Joana é um choque ver uma mulher branca ajudando dois escravos, pois *“Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim”*<sup>209</sup>. Reunindo suas forças, ela relata para a senhora a história de vida:

— Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava.

Eram casados e, desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente a minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha

<sup>207</sup> REIS, 2019, p. 170.

<sup>208</sup> REIS, 2019, p. 171 [grifos nossos].

<sup>209</sup> REIS, 2019, p. 171.

eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado.

Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:

— Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana.

Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera.

Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade.

Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e a viver com alguma liberdade.

Isto durou dois anos. Meu pai morreu de repente e, no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe:

— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia.

Minha mãe, surpresa e confundida, cumpriu a ordem sem articular uma palavra.

Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando.

Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus.

Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativoiro.<sup>210</sup>

Joana, após relatar a história de seus pais, conta para a senhora como se deu o sequestro de seus filhos, levados à força por seu senhor. Ela relembra seu temor ao ver os traficantes de escravos na fazenda, os gritos de seus filhos quando estes são levados, agarrando-se em sua saia desesperados, seu torpor e subsequente loucura. Após relatar o acontecido, esgotada e de coração partido, Joana falece, mas antes de dar seu último suspiro suplica a senhora para que apadrinhe seu filho, Gabriel, pois *“se ele for preso, morrerá debaixo do açoite, como tantos outros, que meu senhor tem feito expirar debaixo do azorrague!”*<sup>211</sup>. O amor e dedicação de Joana por seu filhos, e estes por ela, é notável neste conto, sendo uma característica muito usada pela autora para demonstrar a humanidade de suas personagens negras.

A história de Joana nos remete diretamente ao artigo de Chalhoub<sup>212</sup>, já citado anteriormente, sobre a precariedade estrutural da liberdade no Brasil, sobretudo quando ele aborda os mecanismos para burlar a liberdade. No caso de Joana, em uma sociedade onde o grosso da população era analfabeta e onde os

<sup>210</sup> REIS, 2019, p. 172.

<sup>211</sup> REIS, 2019, p. 173.

<sup>212</sup> CHALHOUB, 2010.

senhores interditavam propositalmente a alfabetização de seus cativos<sup>213</sup>, não era muito difícil para alguém letrado enganar alguém que não o era. Sendo analfabetos, os pais de Joana jamais poderiam saber que o papel que deveria dar a liberdade para sua filha era falso. O fato de Joana ter sido educada é muito interessante, ainda mais considerando que ela era uma mulher negra “liberta”. Essa situação também relembra a pesquisa de Graham<sup>214</sup>, abordada no primeiro capítulo, onde ela analisa o caso de Inácia Delfina Werneck, que instruiu o filho de sua ex-escrava Bernardina, pois sabia que caso ele fosse analfabeto, as chances de sua família conseguir manter sua liberdade seriam pequenas em uma sociedade jurídica. Como aponta Grinberg, no Brasil “o direito pode ser caracterizado, ao mesmo tempo, como elemento fundamental para garantir a manutenção da escravidão e como veículo para garantia da cidadania.”<sup>215</sup>, logo, possuir algum nível de instrução para conseguir navegar nesse meio era vital. No que compete ao aspecto jurídico da questão, é notável o desfecho do conto, quando o senhor de Gabriel e Joana vai até a casa da senhora para buscá-los e se passa o seguinte:

— Sei que esta negra está morta, – exclamou ele, – e o filho acha-se aqui; tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, – com este negro a coisa muda de figura; minha querida senhora, este negro está fugido; espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo.

— Pelo amor de Deus, minha mãe, – gritou Gabriel, completamente desorientado, – minha mãe, leva-me contigo.

— Tranquiliza-te, – lhe tornei com calma; – não te hei já dito que te achas sob a minha proteção? Não tem confiança em mim?

Aqui o senhor Tavares encarou-me estupefato e depois perguntou-me:

— Que significam essas palavras, minha querida senhora? Não a compreendo.

— Vai compreender-me, – retorqui, apresentando-lhe um volume de papéis subscritos e competentemente selados.

Rasgou o subscrito, e leu-os. Nunca em sua vida tinha sofrido tão extraordinária contrariedade.

— Sim, minha cara senhora, – redargui, terminando a leitura; – o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla...

A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo contra seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos:

<sup>213</sup> CHALHOUB, 2010, p. 34 e 42.

<sup>214</sup> GRAHAM, 2005.

<sup>215</sup> GRINBERG, 2007, p. 5.

Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não a aprovação do seu senhor.  
 Não acham isto interessante?  
 — Desculpe-me, senhor Tavares, – disse-lhe.  
 Em conclusão, apresento-lhe um cadáver, e um homem livre.  
 Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!<sup>216</sup>

A lei a que o senhor Tavares se refere aqui é a de 1871, que obrigava um senhor a alforriar seu escravo caso ele lhe desse o valor equivalente ao seu preço. Ao pagar o preço equivalente a Gabriel para seu senhor, este estava obrigado a libertá-lo do cativo. Interessante notar que em 1871 também tivemos a Lei do Ventre Livre, significando que todos os filhos de escravos nascidos após 28 de setembro de 1871 estariam livres; até então, os filhos de uma escrava também eram escravos. Não sabemos em que ano a história do conto se passa, apenas que ocorreu após este ano, contudo, Carlos e Urbano devem ter nascido antes dessa data, visto que permaneceram cativos e foram vendidos para o sudeste. No entanto, não seria absurdo imaginar que um senhor como Tavares ocultasse de seus escravos a nova legislação, os enganando para benefício próprio, além de que, visto seu poder no local, nada o impediria de sequestrar os gêmeos e vendê-los para o sudeste mesmo se eles fossem livres. A relação entre Gabriel, Joana e Tavares é fortemente pautada pelo medo; como afirma Mattos, “*Não há “poder moral” do senhor e sim uma combinação de violência e concessões claramente ditadas pelo medo.*”<sup>217</sup>, sendo o segredo do código paternalista de dominação escravista a capacidade senhorial de transformar qualquer forma de autonomia em concessão. No entanto, a violência, por si só, não bastava, como podemos perceber através das ações de Joana e Gabriel, pois o medo da punição não foi suficiente para evitar sua desobediência frente às injustiças e crueldades de seu senhor.

Pinto-Bailey<sup>218</sup> salienta que a personagem-narradora do conto é uma mulher branca, justamente pelo fato de a sua voz conferir à escritora uma autoridade que Maria Firmina não alcançaria, considerando seu gênero, classe e cor. Porém, apesar de a narradora do conto ser branca, a pesquisadora observa que ela não é a única voz narrativa presente no texto, ressaltando que Maria Firmina empregou a estratégia do *mise-en-abîme*, uma história dentro de outra história. É através desse

---

<sup>216</sup> REIS, 2019, p. 176.

<sup>217</sup> MATTOS, 2013, p. 172.

<sup>218</sup> PINTO-BAILEY, 2018, p. 107.

estratagemas que nossa escritora conseguiu trazer verossimilhança ao texto, criando múltiplas perspectivas narrativas. Nas palavras da pesquisadora, é *“Justamente aí (que) reside um importante aspecto da ficção abolicionista de Maria Firmina: o fato de que seus personagens negros assumem a posição de narrador, expressando de sua própria voz a realidade que vivem e enfrentam”*.

Essa estratégia narrativa é interessante, pois nos proporciona visões e perspectivas diversas e destoantes na narrativa. Isso torna a passagem, logo no início do conto, quando a senhora está em um salão discutindo sobre abolicionismo e relatando o episódio com Joana, muito interessante, pois podemos perceber a sua visão sobre a escravidão e os motivos que a levam a detestá-la.

— Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

(...)

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... E depois, o caráter que nos imprime e nos envergonha! O escravo é olhado por todos como vítima – e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda.<sup>219</sup>

Podemos perceber que seu primeiro argumento contra a escravidão não remete a crueldade da instituição, mas ao estigma que ela inflige a nação e ao povo brasileiro branco, livre e de classes mais altas. A escravidão é uma mancha. Em seguida, ela pontua o aspecto econômico da situação, demonstrando que com a escravidão o Brasil não poderia crescer, pois o trabalho forçado não o permitiria, o que nos remete ao trabalho remunerado dos imigrantes europeus, cuja vinda para o Brasil estava sendo cada vez mais incentivada na segunda metade do século XIX. Além disso, ela fala da vergonha frente às nações já livres e pontua a questão racial, devido ao *“cruzamento das raças”* que era visto como um estigma, o que fica claro

---

<sup>219</sup> REIS, 2019, p. 164.



quando ela segue explicando sobre a dificuldade de convencer os estrangeiros de que os brasileiros brancos não possuíam nenhuma gota de sangue escravo em suas veias, o que remete às teorias raciais e a ideia de superioridade branca que estavam se fortalecendo nesse período. É só no final de sua fala que ela afirma que o escravo é uma vítima, mas a afirmação soa estranha pois ela diz que “O escravo é *olhado por todos como vítimas*”, o que pode referenciar ao olhar dos estrangeiros sobre a questão, não sendo, portanto, uma afirmação de genuína preocupação para com eles, mas de preocupação em relação a imagem que o Brasil passava internacionalmente e a vergonha e estigma que as classes dominantes procuravam se ver livres.

Nesse sentido, a construção da narradora pode ser uma sátira de Maria Firmina. Atenta às questões políticas e ideológicas, a autora certamente estava ciente das questões que rondaram o abolicionismo branco na década de 1870. Tendo o conto sido publicado em 1887, é possível imaginar que esses aspectos da fala da personagem sejam críticas da própria autora ao movimento, que não tinha como maior preocupação o bem estar da população negra, muito pelo contrário, pois sabemos que após a abolição em 13 de maio de 1888, os libertos foram completamente esquecidos e não foi implementada nenhum tipo de política que os auxiliasse, prendendo-os em situações precárias e sujeitando-os a constantes ataques do Estado e da polícia, como podemos observar tomando a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, sobretudo em relação às políticas higienistas do final do século XIX e início do XX. Ana Lugão Rios e Hebe Mattos<sup>220</sup> realizaram um trabalho impecável em relação a situação dos libertos no pós-abolição, criando um livro e um documentário intitulados *Memórias do cativo*<sup>221</sup>, onde elas trouxeram relatos de descendentes de escravos, além do extensivo trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto<sup>222</sup> pontuando a ação do abolicionismo e dos literatos negros no Brasil, que em muito contrastava com os abolicionistas brancas, como pudemos perceber. Na

---

<sup>220</sup> RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

<sup>221</sup> RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Niterói, RJ: Civilização Brasileira, 3 ed., 2005.

<sup>222</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Editora da Unicamp, 2019. e PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. Selo Negro Edições, 2010.

literatura, temos o romance do escritor brasileiro contemporâneo Itamar Vieira Junior<sup>223</sup>, *Torto Arado*, onde as repercussões do pós-abolição no campo são retratadas de forma magistral a partir da história de duas irmãs e sua família, descendentes de escravizados que trabalham em uma fazenda e enfrentam diariamente a precarização de seu trabalho, vivendo em uma situação análoga a escravidão e abordando aspectos da luta pela terra e do misticismo afro-brasileiro.

---

<sup>223</sup> VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

#### 4. CONCLUSÃO

Como afirmam Chalhoub e Pereira,

A crença na "transcendência" ou autonomia da literatura, ou da obra de arte num geral (...) é tomada aqui como um problema histórico a ser explorado e analisado. Em outras palavras, a proposta é historicizar a obra literária (...) inseri-la o movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. (...) Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico.<sup>224</sup>

Com este trabalho, esperou-se conseguir historicizar as obras e a vida de Maria Firmina dos Reis, contextualizando as representações criadas pela autora em seu tempo histórico, percebendo as escolhas e a visão da autora em relação ao meio em que esteve inserida e como, através disso, ela procurou representar as relações de poder que presenciava cotidianamente, utilizando-se de sua literatura enquanto um meio de denúncia. Acreditamos, portanto, que nenhuma obra literária está isenta de seu contexto; ele acaba afetando-a, quer queiramos ou não. Historicizar obras como as de Maria Firmina, contudo, assume um caráter especial, visto o significado de sua existência e o poder de sua literatura. Como vimos durante todo este trabalho, a sua literatura é pioneira e, não somente isso, como também é rica política, social, cultural e historicamente, sendo um prato cheio para análises. Se Maria Firmina é de fato pioneira ou não, não significa muita coisa, frente a toda a riqueza e potencial de sua narrativa, assim como o seu profundo engajamento com as questões que a rodeavam.

A escolha de analisar suas obras nesta pesquisa partindo de uma tentativa de historicizá-las, veio da realização de que, no que tange às pesquisas sobre a escritora, poucas procuraram abordar mais a fundo as questões historiográficas que podem ser resgatadas através de sua literatura. Nesse sentido e considerando a importância de Maria Firmina para a história e literatura brasileiras, procurar remediar isto se tornou o objetivo desta pesquisa. No entanto, visto que este se trata de um mero trabalho de conclusão de curso, não se espera ter esgotado todas as possibilidades de análise no campo historiográfico sobre a autora, muito pelo

---

<sup>224</sup> CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7.

contrário. Ao longo da pesquisa foi possível perceber inúmeros temas que proporcionariam pesquisas extensas, sendo, portanto, interessante que Maria Firmina se torne um tema cada vez mais recorrente entre os historiadores brasileiros, visto que sua vida e sua carreira, tanto literária quanto docente, tem muito a acrescentar em nossas pesquisas.

Maria Firmina, sendo quem foi, tendo feito o que fez e tendo sido invisibilizada por décadas, é digna de toda a atenção que pode receber, apesar de tardiamente. Analisar as obras e a vida de uma escritora e professora negra, que foi por muito tempo invisibilizada tanto no campo da historiografia quanto da literatura, é de suma importância, pois assume um viés político. Pessoas negras têm sido ignoradas por toda a nossa história, e ainda o são atualmente, além de serem marginalizadas, encarceradas e exterminadas em massa, lidando diariamente com o racismo e com problemas que repercutem desde os tempos de Brasil colônia. Abordar uma personalidade como Maria Firmina, demonstrar seu pioneirismo e tudo o que ela conseguiu fazer, apesar das adversidades, é algo potente e necessário. Como apontou Cuti<sup>225</sup>, a literatura é poder de convencimento. Ignorar o caráter étnico racial da literatura é negar o caráter intelectual da população negra. Ignorar sua participação ativa na história do Brasil, é “deshistoricizar” esses sujeitos, que em muito estiveram presentes em nosso passado e cujas histórias e perspectivas devem ser ouvidas.

Maria Firmina é uma das milhares de vozes negras que temos o privilégio de poder ouvir atualmente. Sua perspectiva enquanto uma mulher negra, bastarda, que teve de adquirir sua instrução por conta própria, que conseguiu se tornar professora, apesar da educação precarizada das mulheres em sua província, que tomou para si a luta por uma educação igualitária entre meninos e meninas, levando a instrução para todos que a desejassem, que teve uma vida sofrida – como podemos perceber através de seu diário –, que viveu rodeada por mulheres que a incentivaram, que conviveu intimamente com a escravidão, percebendo todo o seu caráter cruel e desumano, que ousou denunciar a violência que negros, escravizados e mulheres sofriam em seu período, indo contra o viés hegemônico e trazendo em suas obras o peso de uma literatura de testemunho e de sua sensibilidade, assim como de seu

---

<sup>225</sup> CUTI, 2010, p. 12.

engajamento político. Essa voz, por muito tempo ignorada, já não pode mais ser silenciada. Nas palavras de Régia Agostinho da Silva, “*acreditamos que a voz de Maria Firmina merece ser ouvida mais uma vez!*”<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> SILVA, 2011, p. 17.

## 5. FONTES

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. Porto Alegre, RS: Taverna, 2018.

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula e Outras Obras**. 2a ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2019.

## 6. REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. *A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: algumas considerações*. **Revista de Teoria da História**, ano 1, n. 3, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. **Catálogo de Autores Brasileiros com a obra em domínio público (mortos entre os séculos XIX e XX)**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000127.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CARVALHO, Virgínia Silva de. **A efígie escrava: a construção de identidades negras no romance Úrsula**, de Maria Firmina dos Reis. Teresina: UESPI, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. **História Social**, n. 19, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). **A história contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EDUFSCar, 2012.

CORREIA, Janaína Santos. *Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos Afrodescendentes no Brasil*. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, set./dez. 2013.

COSTA, Yuri Michael Pereira. *Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX*. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 20, jul-dez 2018.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. *“Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”*: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. CEMOrOc-Feusp/Univ. Autònoma de Barcelona, set/dez 2018

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras - riqueza e estigma social*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 2000.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c; 1790-c. 1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagem do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GOMES, Heloísa Toller. **O negro e o romantismo brasileiro**. São Paulo: Atual, 1988.

GONZALEZ, Lélia. “*Por um feminismo Afro-latino-americano*”. IN: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, 2011.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias das mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos*: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. **Almanack Braziliense**, n. 6, 2007.

LOBO, Luiza. *Autorretrato de uma Pioneira Abolicionista*. IN: **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. “*Mulheres na sala de aula*”. IN: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set./dez./2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Maria Firmina dos Reis*: escrita íntima na construção do si mesmo. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019.



MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe. *“Laços de família e direitos no final da escravidão”*. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

MENDES, Algemira Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MENDES, Algemira de Macedo. *O discurso antiescravagista em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. **Revista Cerrados**: Universidade de Brasília, v. 20, n. 31, 2011.

MENESES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 570 *apud* MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira*: Maria Firmina dos Reis. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras**: resgatando a nossa história. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1989.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Instituto Histórico Geográfico, 1975, s/p.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma pioneira*: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**: Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2013.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *A construção do negro no romance Úrsula*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia;

COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *Romances escritos por mulheres do passado: historiografia literária e intervenções culturais*. **Eutomia**, ano 3, ed. 1, julho/2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, 2003.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. *A escrava, de Maria Firmina dos Reis*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. *Na contramão: a narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis*. Belo Horizonte: UFMG, **Literafro**, 2018.

RIO, Ana Carla Carneiro. **Autoria, Devir e Interdição: os “entre-lugares” do sujeito no romance úrsula**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2015.

RIO, Ana Clara Carneiro; FERNANDES JÚNIOR, Antonio. *Uma autora que não ousa assinar o próprio nome*. Discurso e autoria em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Revista de ABRALIN**, v. 15, n. 2, p. 121-145, jul./dez. 2016.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Niterói, RJ: Civilização Brasileira, 3 ed., 2005.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da Unicamp; Cecult, 2000.

SANTOS, Jaqueline Martinho dos. *Literatura e História: o antiescravismo em Maria Firmina dos Reis - uma análise do conto "A escrava"*. **MEMENTO** - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, v. 9, n. 2, 2018.

SANTOS, Katiane Souza. **Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: uma análise do romance Úrsula**. Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2015.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Centro e margens: notas sobre a historiografia literária*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 32, p. 127-141, 2008.

SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da EFG, 1997.

SILVA, Danielle de Luna e. *Maternidade e afrodescendência em Úrsula e A Escrava, de Maria Firmina dos Reis*. João Pessoa: **Cadernos Imbondeiro**, v. 2, n. 1, 2012.

SILVA, Laila T. Correa e. *A "mulher livre" e a "mulher escravizada": relações entre gênero, raça e classe em Til e A família Medeiros*. **UFMA**, n. 17, 2018.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

SILVA, Régia Agostinho da. *A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão*. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 29, n. 56, 2011.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, Robert. **The demography and economics of Brazilian slavery**. Tese de Ph.D., Stanford University, 1976.

TELLES, Norma. "*Escritoras, escritas, escrituras*". IN: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TELLES, Norma. *Rebeldes, escritoras, abolicionistas*. **Revista História**, São Paulo, 120, jan/jul. 1989.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. *Maria Firmina dos Reis: decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista*. **Revista ex aequo**, n. 39, 2019.

VASCONCELOS, Vânia. *Em busca do ninho perdido: o tema da maternidade roubada em Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves*. IN: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afro-descendente no Brasil oitocentista**. São Paulo: PUC, 2016.